



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Legislativo - Especialidade Informática
Área Sistemas

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'N14', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta.
- Duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- O Caderno de Questões poderá ser levado somente com 30 (trinta) minutos para o término do tempo de prova.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: O texto abaixo refere-se às questões de números 1 a 5.

1 *No século VI a.C., os primeiros filósofos gregos preocuparam-se em conhecer os elementos constitutivos das coisas. Eles investigaram a Natureza, à busca de um princípio estável, comum a todos os seres, que explicasse a sua origem e as suas transformações.*

5 *Físicos, como foram chamados por Aristóteles, esses primeiros filósofos, de Tales a Anaxímenes, fundaram uma tradição de estudo da Natureza, seguida e aprofundada, entre outros, por Heráclito, Pitágoras, Demócrito.*

Na segunda metade do século V a.C., os Sofistas, professores da juventude ateniense numa época de crise, inspirados mais pelo interesse prático do que por uma intenção teórica pura, debateram, entre outras ideias, o Bem, a Virtude, o Belo, a Lei e a Justiça, formulando, a respeito de seu conteúdo, teses ousadas e contraditórias. Não obstante a falta de rigor e o propósito de confundir os adversários, com a habilidade de raciocínio que os notabilizou, os Sofistas tiveram o indiscutível mérito de introduzir, no estudo da sociedade e da cultura, o ponto de vista reflexivo-crítico que caracteriza a filosofia.

Mas seria preciso esperar por Sócrates (470-399 a.C.), misto de pedagogo e de filósofo, que procurou definir os valores morais, as profissões, o governo e o comportamento social, para que esse ponto de vista se insinuasse também na apreciação das artes. Sócrates, que discorria sobre todos os assuntos humanos, entrou, certa vez, no ateliê do pintor Parrásio, e a este perguntou o que a Pintura poderia representar.

30 *Platão (427-347 a.C.), discípulo de Sócrates, fez, no seu diálogo A República, um confronto, que se tornou decisivo pelas implicações filosóficas que encerra, entre Arte e Realidade. Levando em conta o caráter representativo da Pintura e da Escultura, o filósofo concluía, nesse diálogo, não só que essas artes estão muito abaixo da verdadeira Beleza que a inteligência humana se destina a conhecer, como também que, em comparação com os objetivos da ciência, é supérflua a atividade daqueles que pintam e esculpem, pois o que*

40 *produzem é inconsistente e ilusório. Por outro lado, Platão observa que a Poesia e a Música exercem influência muito grande sobre os nossos estados de ânimo, e que afetam, positiva ou negativamente, o comportamento moral dos homens.*

(Adaptado de: NUNES, Benedito. **Introdução à filosofia da arte**. 4. ed., São Paulo: Ática, 1999, p. 7 e 8)

1. No texto, o autor

- (A) comenta o percurso da filosofia com o intuito de comprovar que o pensamento filosófico se eleva sobre todas as outras formas de conhecimento, principalmente a relacionada ao universo das artes.
- (B) objetiva, entre outros aspectos, demonstrar que a denominação que Aristóteles deu aos primeiros filósofos constitui equívoco que a própria história se encarregou de corrigir.
- (C) debate distintas perspectivas da reflexão filosófica, ao longo dos séculos, para evidenciar o papel decisivo que Platão desempenha na pesquisa da inteligência humana.
- (D) cita pensadores para evidenciar caminho constitutivo do pensamento filosófico, considerando distintos aspectos sobre os quais recaíram as inquietações desses intelectuais nesse percurso.
- (E) firma, respeitando a cronologia, a relevância de cada um dos pensadores que compõem a história da Filosofia até seu apogeu, quando esta reconhece o significativo papel das artes plásticas na área filosófica.

2. Sobre os Sofistas, tal como caracterizados no texto, é correto afirmar:

- (A) foram suficientemente habilidosos para, numa época crítica da civilização grega, dar consistência e coerência às suas teses sobre a concepção do Bem, da Virtude, do Belo, da Lei e da Justiça.
- (B) motivados pela necessidade de orientar a juventude ateniense da segunda metade do século V a.C., dedicaram-se a atividades estritamente especulativas, sólida base para posteriores ações pedagógicas.
- (C) desempenharam papel pioneiro ao desenvolver técnicas, teses e conceitos novos, alicerçados na indiscutível capacidade mental que demonstravam ao encadear logicamente a argumentação com que defendiam seus princípios.
- (D) tiveram desqualificados seus méritos, principalmente o de fundar uma perspectiva filosófica no estudo da sociedade e da cultura, pela falta de rigor em suas práticas e pela evidente intenção de turvar o raciocínio dos seus parceiros de diálogo com teses falaciosas.
- (E) a atitude que assumiram diante do que elegeram para estudo na Atenas da segunda metade do século V a.C. representou a inserção de uma perspectiva de abordagem do objeto que é marca distintiva da filosofia.



3. Considerado o parágrafo 3, em seu contexto, é correto afirmar:
- (A) O emprego da forma verbal destacada em (linha 22) *Mas seria preciso esperar por Sócrates* indica que qualquer outro pedagogo ou filósofo poderia ser responsável pelo fato citado e que a presença de Sócrates como seu agente deve ser considerada um acontecimento fortuito.
- (B) Infere-se que a pergunta citada (linha 29) é considerada por Nunes uma indagação filosófica acerca da essência da Pintura, indagação que transportava para o domínio das artes a atitude interrogativa que já tinha sido assumida pelos filósofos gregos em relação às coisas e aos valores sociais.
- (C) A sequência (linhas 24 e 25) *os valores morais, as profissões, o governo e o comportamento social* constitui uma escala que vai do aspecto mais valorizado pelo autor ao que pode merecer menor destaque.
- (D) O emprego de (linha 26) *também* supõe que o ponto de vista referido tivesse já se insinuado em outras áreas, que não são, entretanto, mencionadas; isso exige do leitor que levante hipóteses sobre quais poderiam ser.
- (E) Transpondo o segmento (linhas 28 e 29) e a este perguntou o que a Pintura poderia representar, formulado em diálogo indireto, para o diálogo direto, a forma que respeita as orientações da gramática normativa é: "e a este pergunta: – O que a Pintura talvez chegue a representar?".
4. Afirma-se com correção sobre o que se tem no parágrafo 4:
- (A) (linhas 31 e 32) Em *que se tornou decisivo pelas implicações filosóficas que encerra*, justifica-se o emprego de dois distintos tempos verbais pelo fato de a primeira forma indicar uma ação que se deu em certo momento do passado e a segunda, uma opinião tomada como legítima.
- (B) (linhas 33 e 34) A frase *Levando em conta o caráter representativo da Pintura e da Escultura* exprime ideia de condição; assim, o segmento inicial equivale a "Se levasse em conta".
- (C) (linhas 33 a 44) O confronto estabelecido por Platão *entre Arte e Realidade* impede qualquer apreciação positiva de uma manifestação artística.
- (D) (linhas 30 a 44) Platão faz duas avaliações da Pintura e da Escultura, mas somente acerca de uma delas – *é supérflua a atividade daqueles que pintam e esculpem* – deixa explícito o parâmetro tomado para a apreciação.
- (E) (linhas 38 a 40) Em *é supérflua a atividade daqueles que pintam e esculpem, pois o que produzem é inconsistente e ilusório*, a inclusão de uma vírgula após a palavra *pois* preserva a correção gramatical do segmento.
5. Considerada a norma-padrão da língua, tem consistência o seguinte comentário:
- (A) (linha 2) a forma *preocuparam-se* exemplifica a existência de verbo que aceita um pronome oblíquo átono do mesmo número e pessoa do sujeito, o chamado verbo pronominal.
- (B) (linhas 4 e 5) em *que explicasse a sua origem*, a palavra destacada remete a *todos os seres*, não se admitindo a possibilidade de superposição de elementos retomados pelo pronome.
- (C) (linha 7) no segmento *de Tales a Anaxímenes*, as preposições demarcam aqueles que integram um grupo, sem contemplar a categoria temporal.
- (D) (linhas 20 e 21) se, em lugar de *o ponto de vista*, se tratasse de distintos pontos, a formulação "os distintos pontos de vista reflexivos-críticos" estaria em concordância com as normas gramaticais.
- (E) (linha 32) assim como *decisivo* está grafado em conformidade com as normas da gramática, o estão as palavras "proesa" e "deslize".
6. Ou me engano, ou isto quis dizer que se lançam véus sobre certas notícias a pretexto de que, sujeitas a tantas e tão virulentas críticas, faz mal às pessoas.
- Tomando como parâmetro a norma-padrão escrita, comentário adequado sobre o acima transcrito é: O período
- (A) está correto em todos os seus aspectos.
- (B) tem de receber duas correções: "quiz", em lugar de "quis", e "que se lança", em lugar de "que se lançam".
- (C) merece uma única correção: "fazem mal", em lugar de "faz mal".
- (D) tem de, entre outras, receber obrigatoriamente a alteração de "às pessoas" para "as pessoas".
- (E) tem de, entre outras, receber obrigatoriamente mais um acento indicativo da crase, em "à pretexto".
7. A frase em que as ideias estão expressas de modo claro e correto é:
- (A) Toda pessoa que paga imposto tem o direito de externar sua opinião sobre o modo como o governo trata os munícipes, mas se a pessoa está vinculada ao trabalho no setor da vida pública quando critica corrompe com a ética profissional.
- (B) No que se refere aos meios de comunicação, o brasileiro vive um período complexo: na medida que a mídia cai em descrédito com o grande público – o tratamento é abusivo das notícias ou grave peso ideológico – os novos veículos da informática ganham cada vez mais credibilidade.
- (C) A liberdade de expressão do cidadão que é funcionário do Estado em certa função encontra alguns condicionamentos em face de seu vínculo institucional, mas tal excessiva limitação não pode se interpretar a ponto de comprometer aquele direito.
- (D) Numa democracia, até mesmo, ou principalmente, a imprensa é meio que não se pode prescindir para a liberdade de expressão, e por isso da evolução democrática, motivo pelo qual há o sigilo da fonte, garantido pela lei vigente quando ocorre uma denúncia.
- (E) Ainda que seja legítimo o conceito de que é direito da pessoa expressar-se livremente – sobre qualquer assunto que lhe diga respeito ou lhe aprouver – e de que o sistema jurídico do país tem o dever de garantir esse bem da democracia, é leviano dissociá-lo da responsabilidade inerente ao gesto cidadão de manifestar-se.
8. A alternativa redigida em conformidade com a norma-padrão escrita é:
- (A) Enfatizou que nada contribue mais para o desânimo da categoria do que ver o jornalismo impresso hoje desmoralizado e rendido perante às redes sociais e novas mídias.
- (B) Se ele vir de avião, chegará antes do tempo previsto, mas, ninguém há de considerá-lo empecilho para que se dê continuidade aos preparativos da festa em sua própria homenagem.
- (C) De todas as atividades prazerosas, as que mais surtiam efeito positivo sobre o ânimo dos adolescentes eram as que concretizavam a intenção de levantar fundos para instituições beneficentes.
- (D) Tinha mania de imputar nos outros as ações que ela mesma praticava irrefletidamente, e por isso, ao suporem que faria o mesmo naquele dia, acusaram-lhe antecipadamente de malediscência.
- (E) Conclusões as mais absurdas possível foram endossadas por muitos pesquisadores de renome, os quais todos esperavam, com justiça, perspicácia e bom senso.



Atenção: O texto abaixo refere-se às questões de números 9 a 14.

Blogs e Colunistas

Sérgio Rodrigues

Sobre palavras

Nossa língua escrita e falada numa abordagem irreverente

02/02/2012

Consultório

'No aguardo', isso está certo?

"Parece que virou praga: de dez e-mails de trabalho que me chegam, sete ou oito terminam dizendo 'no aguardo de um retorno'! Ou outra frase parecida com esta, mas sempre incluindo a palavra 'aguardo'. Isso está certo? Que diabo de palavra é esse 'aguardo' que não é verbo? Gostaria de conhecer suas considerações a respeito."
(Virgílio Mendes Neto)

Virgílio tem razão: uma praga de "no aguardo" anda infestando nossa língua. Convém tomar cuidado, nem que seja por educação: antes de entrarmos nos aspectos propriamente linguísticos da questão, vale refletir por um minuto sobre o que há de rude numa fórmula de comunicação que poderia ser traduzida mais ou menos assim: "Estou aqui esperando, vê se responde logo!".

(Onde terá ido parar um clichê consagrado da polidez como "Agradeço antecipadamente sua resposta"? Resposta possível: foi aposentado compulsoriamente ao lado de outros bordados verbais do tempo das cartas manuscritas, porque o meio digital privilegia as mensagens diretas e não tem tempo a perder com hipocrisias. O que equivale a dizer que, sendo o meio a mensagem, como ensinou o teórico da comunicação Marshall McLuhan, a internet é casca-grossa por natureza. Será mesmo?)

*Quanto à questão da **existência**, bem, o substantivo "aguardo" existe acima de qualquer dúvida. O dicionário da Academia das Ciências de Lisboa não o reconhece, mas isso se explica: estamos diante de um regionalismo brasileiro, um termo que tem vigência restrita ao território nacional. Desde que foi dicionarizado pela primeira vez, por Cândido de Figueiredo, em 1899, não faltam lexicógrafos para lhe conferir "foros de cidade", como diria Machado de Assis. Trata-se de um vocábulo formado por derivação regressiva a partir do verbo aguardar. Tal processo, que já era comum no latim, é o mesmo por meio do qual, por exemplo, do verbo fabricar se extraiu o substantivo fábrica.*

9. Considerados os textos do autor da coluna e do consulente, é correto dizer:

- (A) A resposta inicia-se com informações não solicitadas pelo consulente, mas importantes para esclarecer aspectos das perguntas que fez.
- (B) O consulente preocupa-se com a correção, enquanto o autor da coluna demonstra isenção em relação a qualquer uso da língua, desde que as formas em questão existam.
- (C) O autor da coluna menospreza o dicionário da Academia de Ciências de Lisboa por causa do evidente preconceito desta obra em relação à linguagem falada no Brasil.
- (D) O consulente revela disposição para mudar seu julgamento sobre "aguardo", caso se comprove que a palavra existe.
- (E) O autor da coluna e o consulente produzem textos em que cada um se dirige diretamente ao interlocutor, usando a 2ª pessoa do singular.

10. O autor

- (A) afirma fazer uso de expressões como "Agradeço antecipadamente sua resposta" porque elas ao menos permitem denotar polidez.
- (B) ironiza o privilégio concedido às pretensas mensagens diretas do meio digital, já que com elas se perde em estilo (*bordados verbais*) e em cortesia.
- (C) afirma, com bom humor, mas com base em trabalhos qualificados, que, desde sua dicionarização, "aguardo" é palavra característica de um vocabulário rural.
- (D) vale-se de informações sociolinguísticas, de história da língua e de morfologia para comprovar a existência de "aguardo".
- (E) recorre ao latim para propor que "aguardo" pode ter aparecido na língua bastante antes de 1899, data de sua dicionarização.

11. Considere as seguintes afirmações.

- I. Em **Nossa língua escrita e falada numa abordagem irreverente**, há uma ambiguidade que é produtiva para o texto: em qualquer uma das interpretações, a frase caracteriza bem a coluna.
- II. O uso de **Consultório** para nomear a coluna é incorreto, já que esse substantivo é usado para nomear certo espaço reservado aos profissionais da saúde.
- III. O autor destaca a palavra **existência** para enfatizar que vai tratar da questão em perspectiva específica: a da presença ou ausência do substantivo em dicionários.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.



12. Acerca da pontuação empregada, é correto o seguinte comentário:
- (A) Em *Que diabo de palavra é esse 'aguardo' que não é verbo?*, seria mais apropriado um ponto de exclamação, considerado o conteúdo da frase.
 - (B) Considerado o conteúdo do texto, os parênteses que acolhem o segundo parágrafo da resposta justificam-se pelo caráter menos central das informações e comentários que contêm.
 - (C) Na primeira linha do texto citado e nas três primeiras do texto de Sérgio Rodrigues, dado o sentido do que vem em seguida, os dois-pontos poderiam ser substituídos por “porque”.
 - (D) Em *foi aposentado compulsoriamente ao lado de outros bordados verbais*, a apresentação de *compulsoriamente* entre vírgulas alteraria o sentido original, tornando prescindível a presença desse advérbio na frase.
 - (E) As aspas em “*foros de cidade*” assinalam que a expressão é usada por outros, que não o autor, diferentemente das aspas em “*no aguardo*”.
-
13. Está correta a seguinte flexão para o plural:
- (A) *Trata-se de um vocábulo*: Tratam-se de vocábulos.
 - (B) *o meio digital privilegia as mensagens diretas e não tem tempo a perder*: os meios digitais privilegiam as mensagens diretas e não tem tempo a perder.
 - (C) *é casca-grossa por natureza*: são casca-grossas por natureza.
 - (D) *o substantivo [...] existe acima de qualquer dúvida*: os substantivos existem acima de qualquer dúvidas.
 - (E) *se extraiu o substantivo*: se extraíram os substantivos.
-
14. Considerada a norma culta escrita, há correta substituição de estrutura nominal por pronome em:
- (A) *Agradeço antecipadamente sua resposta // Agradeço-lhes antecipadamente.*
 - (B) *do verbo fabricar se extraiu o substantivo fábrica. // do verbo fabricar se extraiu-lhe.*
 - (C) *não faltam lexicógrafos // não faltam-os.*
 - (D) *Gostaria de conhecer suas considerações // Gostaria de conhecê-las.*
 - (E) *incluindo a palavra 'aguardo' // incluindo ela.*
-
15. Uma frase comum no início de certo tipo de documento oficial está corretamente redigida em:
- (A) Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja realizado uma Reunião Solene...
 - (B) Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja formulado um Voto de Aplauso pela beneficiência da senhora Ana Margarete da Silva...
 - (C) Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que sejam transcritos os artigos sobre a ascensão da nova classe média em Pernambuco...
 - (D) Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que, seja enviado Votos de Pesares aos familiares dos cabeleiros...
 - (E) Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja realizado uma Audiência Pública...

Língua Inglesa

Atenção: Para responder às questões de números 16 a 20, considere o texto abaixo.

House Approves Higher Debt Limit Without Condition
By JONATHAN WEISMAN and ASHLEY PARKER
Feb. 11, 2014

WASHINGTON – Ending three years of brinkmanship in which the threat of a devastating default on the nation’s debt was used to wring conservative concessions from President Obama, the House on Tuesday voted to raise the government’s borrowing limit until March 2015, without any conditions.

The vote – 221 to 201 – relied almost entirely on Democrats in the Republican-controlled House to carry the measure and represented the first debt ceiling increase since 2009 that was not attached to other legislation. Only 28 Republicans voted yes, and only two Democrats voted no.

Simply by holding the vote, Speaker John A. Boehner of Ohio effectively ended a three-year Tea Party-inspired era of budget showdowns that had raised the threat of default and government shutdowns, rattled economic confidence and brought serious scrutiny from other nations questioning Washington’s ability to govern. In the process, though, Mr. Boehner also set off a series of reprisals from fellow Republican congressmen and outside groups that showcased the party’s deep internal divisions.

During the October 2013 government shutdown, The Times’s David Leonhardt explained the debt limit and how a failure to raise it could have affected the economy both at home and abroad.

“He gave the president exactly what he wanted, which is exactly what the Republican Party said we did not want,” said a Republican representative, Tim Huelskamp of Kansas, who last year unsuccessfully tried to rally enough support to derail Mr. Boehner’s re-election as speaker. “It’s going to really demoralize the base.”

The vote was a victory for President Obama, Democrats and those Senate Republicans who have argued that spending money for previously incurred obligations was essential for the financial standing of the federal government. “Tonight’s vote is a positive step in moving away from the political brinkmanship that’s a needless drag on our economy,” Jay Carney, the White House press secretary, said in a statement.

“A clean debt ceiling is a complete capitulation on the speaker’s part and demonstrates that he has lost the ability to lead the House of Representatives, let alone his own party,” said Jenny Beth Martin, co-founder of the Tea Party Patriots. “It is time for him to go.”

Senator Harry Reid of Nevada, the majority leader, commended the speaker and promised to pass the bill as soon as possible. “We’re happy to see the House is legislating the way they should have legislated for a long time,” he said.

(Adapted from http://www.nytimes.com/2014/02/12/us/politics/boehner-to-bring-debt-ceiling-to-vote-without-policy-attachments.html?nl=todaysheadlines&emc=edit_th_20140212&r=0)

16. Segundo o texto,
- (A) embora a Câmara dos Representantes americana seja majoritariamente republicana, aprovou, com maioria dos democratas, elevar o teto da dívida até 2015.
 - (B) os republicanos aprovaram a elevação do teto da dívida, mas impuseram determinados cortes de gastos públicos.
 - (C) os republicanos vinham emperrando a aprovação do aumento do teto da dívida desde 2009.
 - (D) Boehner teve o apoio da maioria dos republicanos, apesar das divergências internas do partido.
 - (E) apesar de pressionado pelos republicanos, o Presidente Obama negou-se a fazer quaisquer concessões de linha mais conservadora.

17. De acordo com o texto,
- (A) apesar de ter feito campanha para reconduzir Boehner à presidência da Câmara, Tim Huelskamp se opôs à proposta de lei de prorrogação do teto de dívida do país até março de 2015.
 - (B) Jenny Beth Martin acredita que Boehner terá de dirigir o Partido republicano sozinho, uma vez que perdeu o apoio da maioria.
 - (C) alguns senadores republicanos apoiaram a prorrogação, argumentando que era importante para a saúde financeira do governo pagar dívidas já contraídas.
 - (D) o senador Harry Reid comentou que o presidente da Câmara pretende aprovar a lei o mais breve possível.
 - (E) o fato de a proposta de lei ter sido aprovada sem nenhuma concessão orçamentária representa uma retirada estratégica dos democratas que inicialmente haviam negado seu apoio.

18. As used in the text, and without any change in meaning, though could be replaced by
- (A) however.
 - (B) therefore.
 - (C) then.
 - (D) in spite of.
 - (E) in addition to.

19. No texto, o pronome sublinhado he refere-se a
- (A) Republican Party.
 - (B) Tim Huelskamp .
 - (C) Mr. Boehner.
 - (D) David Leonhardt.
 - (E) the president.

20. Considere a seguinte definição:
- Brinkmanship is the technique of pushing a dangerous situation to the limits of safety in order to secure the greatest advantage.*
- Em qual dos exemplos abaixo a palavra *brinkmanship* está empregada de forma **incorreta**?
- (A) Even democracies engage in brinkmanship to protect their self-interests.
 - (B) The airline is playing brinkmanship. It is taking a risk on its own behalf and on the customers.
 - (C) He loves public service, and he loves the game of brinkmanship and the idea of playing it safe and compromising.
 - (D) Brinkmanship involves such tactics as making unconditional demands, bluffing, threatening, and even walking out of negotiations to produce the effect of crisis.
 - (E) Cheney said he may be playing a game of brinkmanship without realizing how close to the brink he is.



Regimento Interno

21. A Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPE, nos termos do seu Regimento Interno, é competente para deliberar sobre a exoneração do Procurador-Geral de Justiça antes do término do seu mandato, aprovar a escolha dos Conselheiros do Tribunal de Contas e apreciar vetos apostos pelo Governador. Em todos esses casos, o *quorum* necessário é
- 2/3 de seus membros.
 - 3/5 de seus membros.
 - maioria qualificada.
 - maioria absoluta.
 - maioria simples.

22. A posse do Deputado ocorrerá mediante prestação de compromisso e assinatura do termo de posse. Nos termos do Regimento Interno da ALEPE, é regra atinente à posse que
- aberta a reunião, o Presidente convidará três Deputados para ocupar os lugares de primeiro, segundo e e terceiro secretários.
 - a direção dos trabalhos deverá ser assumida por um dos Deputados reeleitos que já tenha exercido a Presidência.
 - o não comparecimento do Deputado à posse configura infração sujeita à medida disciplinar.
 - no ato da posse é vedada a representação do Deputado diplomado através de procurador.
 - as dúvidas relativas à relação nominal dos Deputados serão encaminhadas à comissão criada para esse fim específico.

23. Dentre os motivos previstos no Regimento Interno da ALEPE para o Deputado se ausentar estão as viagens ao exterior. Nesse caso, deverá haver, previamente, encaminhamento de comunicação ao
- Segundo Secretário.
 - Terceiro Secretário.
 - Primeiro Secretário.
 - Vice-Presidente.
 - Presidente.

24. Uma das formas previstas para a vacância do cargo de Deputado é por meio da renúncia, que independe de aprovação e se tornará
- efetiva e irrevogável após a sua publicação.
 - efetiva após sua publicação, mas revogável no período de 15 dias.
 - efetiva após sua publicação, mas revogável no período de 30 dias.
 - temporária nos primeiros 30 dias e efetiva e irrevogável a partir daí.
 - temporária nos primeiros 30 dias úteis e efetiva e irrevogável a partir daí.

25. As Comissões Parlamentares Permanentes integram a estrutura institucional da ALEPE e têm por finalidades apreciar e deliberar sobre assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais. A fixação de subsídios e os programas de privatização são matérias cuja competência é exercida pela Comissão de
- Constituição e Justiça.
 - Finanças, Orçamento e Tributação.
 - Administração Pública.
 - Desenvolvimento Econômico.
 - Legislação.

26. O Plenário é integrado pela totalidade dos Deputados, em efetivo exercício do mandato, e o uso da palavra é disciplinado pelo Regimento Interno da ALEPE, podendo ser exercido, inclusive, para apresentar dúvida suscitada quanto à aplicação das normas regimentais ou constitucionais, ato esse que se denomina

- Aparte.
- Questão de ordem.
- Comunicação relevante.
- Privilégio da dúvida.
- Direito de participação.

27. As Reuniões Ordinárias do Plenário são realizadas de segunda a quinta-feira, em rito preestabelecidas no Regimento Interno da ALEPE, que prevê sua realização em partes na seguinte ordem:

- Expediente Inicial, Ordem do Dia, Pequeno Expediente, Grande Expediente, Comunicação de Lideranças e Explicação Pessoal.
- Explicação Pessoal, Expediente Inicial, Ordem do Dia, Pequeno Expediente, Grande Expediente e Comunicação de Lideranças.
- Comunicação de Lideranças, Expediente Inicial, Explicação Pessoal, Ordem do Dia, Pequeno Expediente e Grande Expediente.
- Explicação Pessoal, Expediente Inicial, Comunicação de Lideranças, Ordem do Dia, Pequeno Expediente e Grande Expediente.
- Expediente Inicial, Pequeno Expediente, Grande Expediente, Ordem do Dia, Comunicação de Lideranças e Explicação Pessoal.

Direito Constitucional

28. Um indivíduo pretende tomar as providências jurídicas cabíveis em razão dos danos morais e materiais que sofreu, decorrentes de matéria jornalística produzida a seu respeito, com conteúdo inverídico, divulgada por empresa de comunicação. Para hipóteses como esta, a Constituição Federal assegura ao ofendido o direito

- de resposta, proporcional ao agravo, mas não o direito à indenização por dano material ou moral, tendo em vista a previsão constitucional da liberdade de manifestação do pensamento e de comunicação.
- de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material e moral.
- de resposta, proporcional ao agravo ou, então, o direito à indenização por dano moral e material, sendo vedado ao ofendido, sob pena de enriquecer ilícitamente, cumular o exercício do direito de resposta com o recebimento de indenização pelos danos sofridos.
- à indenização por dano material e moral, sendo incabível o direito de resposta, uma vez que a Constituição Federal prevê a liberdade de manifestação do pensamento e de comunicação.
- de pleitear, junto ao órgão de fiscalização competente, a aplicação de penalidades administrativas ao autor da matéria, não cabendo o direito de resposta, nem indenização por danos materiais e morais, uma vez que a Constituição Federal assegura a liberdade de manifestação do pensamento e de comunicação.



29. O Governador de determinado Estado pretende candidatar-se à reeleição para o cargo, também almejado pelo Prefeito de um Município. Considerando que ambos estão em exercício de primeiro mandato, e de acordo com as regras constitucionais sobre inelegibilidade, o Governador
- (A) e o Prefeito poderão ser candidatos aos cargos que pretendem, independentemente de renunciarem a seus mandatos.
 - (B) e o Prefeito poderão ser candidatos aos cargos que pretendem, desde que renunciem aos respectivos mandatos quatro meses antes do pleito.
 - (C) somente poderá candidatar-se à reeleição caso renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito, mas o Prefeito poderá ser candidato a Governador, independentemente de renunciar a seu mandato.
 - (D) poderá ser candidato à reeleição, independentemente de renunciar a seu mandato, mas o Prefeito somente poderá candidatar-se a Governador caso renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito.
 - (E) poderá ser candidato a reeleição, independentemente de renunciar a seu mandato, mas o Prefeito somente poderá candidatar-se a Governador caso renuncie ao mandato até quatro meses antes do pleito.
-
30. De acordo com o texto constitucional, o desmembramento de Município pode ocorrer por lei
- (A) municipal, dentro do período determinado por lei complementar estadual, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei, sendo desnecessária a consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido.
 - (B) municipal, dentro do período determinado por lei complementar federal, sendo necessária consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
 - (C) estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, desde que atendidos aos demais requisitos previstos em lei, sendo desnecessária a consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido.
 - (D) estadual, dentro do período determinado por lei complementar estadual, desde que atendidos aos demais requisitos previstos em lei, sendo desnecessária a consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido.
 - (E) estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
-
31. O Governo de determinado Estado realizou campanha publicitária, paga com recursos públicos advindos da arrecadação de impostos, para divulgação do programa de saúde pública instituído no Estado. A campanha publicitária afirmou que o programa de saúde pública era uma realização do partido político ao qual o Governador do Estado era filiado, tendo o Governador sido citado nominalmente na campanha, que também utilizou sua imagem. Considerando o disposto na Constituição Federal, trata-se de publicidade realizada
- (A) regularmente, uma vez que o cidadão tem direito a ser informado sobre as políticas públicas instituídas pelo Governo, devendo ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.
 - (B) irregularmente, uma vez que da publicidade dos programas dos órgãos públicos não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, devendo ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.
 - (C) irregularmente, uma vez que é vedada a realização de campanha publicitária dos programas de governo com recursos públicos, salvo se provenientes de doações.
 - (D) irregularmente, uma vez que não poderia ter sido utilizada a imagem do Governador, ainda que seu nome e o nome de seu partido pudessem ser utilizados na campanha.
 - (E) regularmente, uma vez que a publicidade dos programas de saúde pública exige a indicação da autoridade responsável pelo programa, em razão do princípio da transparência, devendo ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.



32. Deputado Federal apresentou projeto de lei que aumenta o número de cargos públicos na Administração pública federal direta, aumenta os respectivos vencimentos e ainda dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos federais. O projeto, aprovado pelas Casas do Congresso Nacional, foi encaminhado para sanção ou veto presidencial. Considerando as disposições da Constituição Federal a respeito da iniciativa legislativa, o projeto foi aprovado
- (A) irregularmente, uma vez que as matérias contidas no projeto de lei são de iniciativa privativa do Presidente da República que, por essa razão, poderá vetá-lo integralmente.
- (B) irregularmente, uma vez que apenas projeto de lei de iniciativa do Presidente da República pode aumentar o número de cargos públicos na Administração pública direta, ainda que o regime jurídico dos servidores públicos e o aumento dos seus vencimentos possam constar de projeto de lei de iniciativa parlamentar, podendo o Presidente da República vetar parcialmente o referido projeto de lei por motivo de inconstitucionalidade.
- (C) irregularmente, uma vez que apenas projeto de lei de iniciativa do Presidente da República pode aumentar os vencimentos dos servidores públicos, ainda que o aumento do número de cargos públicos e o regime jurídico dos servidores públicos possam constar de projeto de lei de iniciativa parlamentar, podendo o Presidente da República vetar parcialmente o referido projeto de lei por motivo de inconstitucionalidade.
- (D) irregularmente, uma vez que apenas projeto de lei de iniciativa do Presidente da República pode dispor sobre o regime jurídico dos servidores públicos, ainda que o aumento do número de cargos públicos e o aumento dos respectivos vencimentos possam constar de projeto de lei de iniciativa parlamentar, podendo o Presidente da República vetar parcialmente o referido projeto por motivo de inconstitucionalidade.
- (E) regularmente, não havendo qualquer vício de iniciativa legislativa que o torne inconstitucional e que possa ensejar o veto presidencial por esse motivo.

33. Lei estadual, promulgada em 15 de dezembro, aumentou a alíquota do imposto sobre circulação de mercadorias, determinando que a nova alíquota incidiria sobre os fatos geradores ocorridos a partir de 1^o de janeiro do ano seguinte. No que toca ao prazo para que a nova alíquota do imposto seja exigida, a lei estadual
- (A) é compatível com a Constituição Federal, uma vez que observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (B) não é compatível com a Constituição Federal, uma vez que não observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos antes de decorridos cento e vinte dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (C) é compatível com a Constituição Federal, uma vez que observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- (D) não é compatível com a Constituição Federal, uma vez que não observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (E) é compatível com a Constituição Federal, uma vez que o tributo poderia ser cobrado inclusive no mesmo exercício financeiro em que foi publicada a lei que o aumentou.

Direito Administrativo

34. Por meio da Lei Complementar estadual nº 257/2013, instituiu-se recentemente o regime de previdência complementar no Estado de Pernambuco, de caráter facultativo e aplicável aos que ingressarem no serviço público estadual a partir da autorização do funcionamento desse regime pelo órgão federal competente. De acordo com essa lei, estão abrangidos por esse sistema os
- (A) servidores públicos de qualquer Poder do Estado, titulares de cargos efetivos ou em comissão.
- (B) deputados estaduais e os juízes de direito membros do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.
- (C) funcionários públicos de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado.
- (D) servidores públicos do Poder Executivo, apenas, titulares de cargos efetivos ou em comissão.
- (E) servidores e funcionários públicos do Estado aposentados por tempo de contribuição.
35. Considere as afirmativas abaixo.
- I. Nos termos da Lei nº 8.429/92, para que seja configurado ato de improbidade administrativa é necessário ter havido prejuízo financeiro ao erário público.
- II. Caso o agente já tenha sofrido condenação por crime de peculato, não caberá sanção por improbidade administrativa para o mesmo fato para o qual já atribuída sanção penal.
- III. As modalidades de atos de improbidade administrativa expressamente previstas na Lei nº 8.429/92 constituem rol meramente exemplificativo.
- IV. De acordo com a Lei nº 8.429/92, é possível haver atos de improbidade administrativa comissivos, omissivos, dolosos ou culposos.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.
36. Quanto ao procedimento de acesso à informação no âmbito da Assembleia Legislativa de Pernambuco, nos termos da Lei estadual nº 15.224/2013, é INCORRETO afirmar:
- (A) qualquer pessoa jurídica poderá formular pedido de acesso à informação.
- (B) serão indeferidos pedidos genéricos de acesso à informação, ainda que formulados por pessoa idosa.
- (C) serão indeferidos pedidos de acesso à informação imotivados, ainda que de interesse público.
- (D) o prazo para resposta da Assembleia Legislativa ao pedido poderá ser prorrogado, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.
- (E) no caso de negativa de acesso à informação, poderá o requerente apresentar recurso dirigido à Ouvidoria da Assembleia Legislativa, que deverá apreciá-lo no prazo legalmente estabelecido.



37. Consideradas as disposições contidas na Constituição Federal acerca dos cargos, empregos e funções públicos, é correto afirmar:

- (A) os empregos e funções públicos são acessíveis a brasileiros e estrangeiros, mas os cargos públicos somente são acessíveis a brasileiros.
- (B) os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (C) a exigência constitucional de aprovação prévia em concurso público refere-se somente à investidura em cargos públicos efetivos, sendo dispensada para cargos comissionados e empregos públicos.
- (D) a Administração pública de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverá publicar decreto reservando percentual dos seus respectivos cargos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.
- (E) por força de Emenda à Constituição, não mais se admite a contratação por tempo determinado no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

38. Sobre os contratos administrativos, é correto afirmar:

- (A) é exigência legal o estabelecimento de garantia contratual, em valor correspondente a, no mínimo, 5% do valor do contrato.
- (B) o equilíbrio econômico-financeiro é cláusula contratual que garante estabilidade ao contratado, na medida em que veda aumento dos encargos deste ao longo da execução do contrato.
- (C) o equilíbrio econômico-financeiro é equação que se estabelece no momento em que celebrado o contrato, relacionando os encargos que serão assumidos pelo contratado e a contraprestação a ser assegurada pela Administração.
- (D) a rescisão unilateral é admitida em Lei em caráter excepcional e libera a Administração pública de ressarcir o contratado de eventuais prejuízos que este venha a alegar.
- (E) os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras são admitidos, desde que não superem 30% do valor inicial atualizado do contrato.

39. O princípio da continuidade do serviço público serve de fundamento para a

- (A) proibição do direito de greve de servidores públicos, prevista inclusive na Constituição Federal.
- (B) proibição, em qualquer hipótese, de suspensão da execução do contrato administrativo pelo particular.
- (C) regra legal da inexigibilidade de licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (D) exigência de permanência do servidor em serviço, ainda que este preencha os requisitos para aposentadoria compulsória.
- (E) utilização compulsória de equipamentos, recursos humanos e materiais da empresa contratada empregados na execução do contrato, quando este tiver sido rescindido unilateralmente.

Direito Financeiro

40. Em uma situação hipotética, o Presidente da República, com base no disposto no art. 153, *caput*, inciso I, combinado com o § 1º desse mesmo artigo da Constituição Federal, reduziu a alíquota do Imposto de Importação.

A referida redução, que representa renúncia de receita tributária, foi feita sem estimativa do impacto orçamentário-financeiro do montante de perda de receita e sem atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Levando em conta o que a Lei Complementar nº 101/00 estabelece a respeito da responsabilidade na gestão fiscal, essa redução

- (A) não pode ser feita, pois representa renúncia de receita.
- (B) só pode ser feita se acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, e atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias.
- (C) pode ser feita, pois, como redução de alíquota não é benefício fiscal, sua redução, em relação aos tributos de maneira geral e aos impostos de maneira específica, não representa renúncia de receita.
- (D) só pode ser feita se o autor da proposta, para sua concessão, houvesse demonstrado que essa renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (E) pode ser feita, pois, tal como as alíquotas do IOF, as alíquotas do Imposto de Importação podem ser alteradas por ato do poder executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, não estando sujeitas às limitações contidas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

41. O Plano Plurianual da União para o período 2012-2015 (Lei Federal nº 12.593/12) tem diversas diretrizes. Com base na referida lei, são diretrizes estabelecidas no PPA 2012-2015:

- (A) a inclusão digital e a promoção da sustentabilidade ambiental.
- (B) a garantia da soberania nacional e o incremento na integração do país ao contexto sul-americano.
- (C) a otimização da arrecadação de origem tributária e o aumento da eficiência dos gastos públicos.
- (D) o estímulo e a valorização da educação, da ciência e da tecnologia e a garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero.
- (E) o crescimento econômico sustentável e o controle permanente do câmbio e da inflação.



42. A Constituição Federal permite que a União institua empréstimos compulsórios mediante lei complementar. O art. 148 de seu texto tem a seguinte dicção:

“Art. 148. A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:

- I. para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência;
- II. no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, III, “b”.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.”

De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, o montante do referido empréstimo, exigível pela União após transcurso do prazo para pagamento, será inscrito, na forma da legislação própria, em registro próprio, após apurada a sua liquidez e certeza, como

- (A) Dívida Ativa Tributária.
- (B) Dívida Ativa não Tributária.
- (C) Crédito Tributário a ajuizar.
- (D) Crédito não Tributário a ajuizar.
- (E) Crédito sujeito à prescrição.

43. De acordo com a Constituição Federal, a competência da União para legislar sobre Direito Financeiro e Orçamento

- (A) é concorrente com a dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observadas as restrições decorrentes de tratados e convenções firmados entre Brasil e Organizações Internacionais.
- (B) é suplementar, desde que não tenha sido exercida pelos Estados ou pelos Municípios, observadas, quando for o caso, as restrições decorrentes de compromissos firmados com países estrangeiros e organismos internacionais.
- (C) é limitada a estabelecer normas gerais sobre direito financeiro e orçamento no âmbito municipal, exceto no que concerne aos assuntos que tiverem sido objeto de acordo com organismos internacionais.
- (D) se não exercida para editar lei federal sobre normas gerais, permitirá que os Estados exerçam sua competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.
- (E) é concorrente com a dos Estados e do Distrito Federal, no que diz respeito a estabelecer normas específicas ou gerais de direito financeiro e orçamento.

44. O art. 159, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal estabelece que 1% do Imposto sobre Produtos Industrializados será entregue ao Fundo de Participação dos Municípios, até o final do primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano.

De acordo com o texto constitucional, caso o Presidente da República decida fazer esse repasse diretamente às Prefeituras e não ao Fundo de Participação dos Municípios, ele

- (A) não poderá fazê-lo, em momento algum, porque a lei do orçamento veda a aprovação de emendas que incidam sobre “transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal”.
- (B) poderá fazê-lo, desde que compatível com o plano plurianual e o Presidente da República envie ao Congresso Nacional mensagem propondo essa modificação, antes de iniciada a votação na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.
- (C) poderá fazê-lo, desde que compatível com o plano plurianual, e o Presidente da República envie ao Congresso Nacional mensagem propondo essa modificação, antes de iniciada a votação, pelo plenário, da parte cuja alteração é proposta.
- (D) não poderá fazê-lo, pois os projetos de lei relativos ao orçamento anual, relativamente às transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal só podem ser objeto de emenda de iniciativa de deputados e senadores.
- (E) poderá fazê-lo, desde que a proposta para encaminhamento dessa emenda seja subscrita por um terço de deputados e um terço de senadores que não integrem a Comissão mista que apreciará a matéria.

**Raciocínio Lógico**

45. João, Pedro e Luís têm x , y e z reais, ainda que não necessariamente nessa ordem. Em uma conversa entre essas três pessoas, João disse a quem tem y reais que o outro tem x reais. Luís disse a quem tem x reais que nenhum dos três tem totais iguais de reais. Se todos dizem a verdade, e Pedro é o que tem menos reais, então, necessariamente será positivo o resultado da conta

- (A) $z - y$.
- (B) $x - y - z$.
- (C) $x + y - z$.
- (D) $z - x$.
- (E) $x - y$.

46. Quatro tipos de doces diferentes são embalados em caixas de mesmo formato e aparência, a não ser pelo rótulo indicativo do tipo de doce nela contido. Por equívoco, os rótulos das quatro caixas foram trocados de forma que nenhum deles corresponde ao doce nela contido. Por meio do uso do raciocínio lógico, o menor número de caixas que precisam ser abertas para que se possa ter certeza do conteúdo contido nas quatro caixas é

- (A) 2.
- (B) 1.
- (C) 0.
- (D) 4.
- (E) 3.

47. Ano bissexto é aquele em que acrescentamos 1 dia no mês de fevereiro, perfazendo no ano um total de 366 dias. São anos bissextos os múltiplos de 4, exceto os que também são múltiplos de 100 e simultaneamente não são múltiplos de 400. De acordo com essa definição, de 2014 até o ano 3000 teremos um total de anos bissextos igual a

- (A) 245.
- (B) 239.
- (C) 244.
- (D) 238.
- (E) 249.

48. Em um grupo de 90 funcionários de uma repartição pública sabe-se que:

- 12 têm conhecimentos jurídicos, contábeis e de informática;
- 56 têm conhecimentos de informática;
- 49 têm conhecimentos contábeis.

Além disso, todos que têm conhecimentos jurídicos também conhecem informática, e 8 funcionários não têm conhecimento jurídico, nem de informática e nem contábil. Nas condições dadas, o número de funcionários que têm conhecimentos de informática e de contabilidade (simultaneamente), mas que não têm conhecimentos jurídicos, é igual a

- (A) 25.
- (B) 18.
- (C) 11.
- (D) 7.
- (E) 26.

49. Ordenando ao acaso todas as letras da palavra TRIBUNAL, o que inclui a própria palavra TRIBUNAL, teremos 40320 palavras (palavras com ou sem significado). Escolhendo ao acaso uma dessas palavras, a probabilidade de que ela comece e termine por vogal é igual a

- (A) $\frac{3}{14}$.
- (B) $\frac{5}{28}$.
- (C) $\frac{1}{7}$.
- (D) $\frac{1}{14}$.
- (E) $\frac{3}{28}$.

50. João, Alberto, Miguel e Carlos são irmãos. João tem 2 anos a mais do que Alberto. Miguel tem 3 anos a mais do que Alberto, que por sua vez tem 2 anos a mais do que Carlos. Nas condições dadas, o mais velho dos irmãos e o terceiro mais velho são, respectivamente,

- (A) Miguel e João.
- (B) Miguel e Alberto.
- (C) João e Alberto.
- (D) João e Carlos.
- (E) Alberto e Carlos.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

51. O controle de versões é uma atividade procedimental que garante qualidade e consistência à medida que modificações são feitas em um objeto de configuração. Aplicado ao contexto de desenvolvimento de uma aplicação *web*, um processo de controle de versão deve ser estabelecido, de forma a implantar
- (A) a criação de um arquivo editável no repositório central de projetos *web* da organização. Como este repositório contém diferentes projetos *web*, este arquivo geral garantirá o armazenamento da versão corrente de todos os objetos de configuração da aplicação.
 - (B) uma pasta do projeto para cada engenheiro *web* em sua estação de trabalho. Isso garantirá que os engenheiros não acessem nada relativo ao projeto pela *web*, requisito de segurança imprescindível.
 - (C) a sincronização dos relógios de todas as estações de trabalho dos desenvolvedores. Isso ajudará a evitar conflitos de sobrescrita quando dois desenvolvedores fizerem atualizações na aplicação em espaços de tempo muito próximos.
 - (D) a importação da última versão de cada novo objeto de configuração desenvolvido para o arquivo editável do projeto no repositório central. Isso permitirá o controle de versão manual, que deve gerir as operações de inserção e retirada nas pastas de projeto de cada engenheiro *web*.
 - (E) o envio do arquivo editável do projeto para os engenheiros *web* cada vez que objetos são dele importados ou exportados no repositório. Este arquivo também fomenta a ferramenta de controle de versão, garantindo o controle de versões de forma efetiva.

52. Renato e Luiza trabalham como Analistas Legislativos na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco num mesmo projeto e cada um deles precisou editar o mesmo arquivo texto no mesmo repositório ao mesmo tempo. Luiza, acidentalmente, sobrescreveu as alterações de Renato, que tinha salvo suas alterações no repositório primeiro. Esta situação poderia:

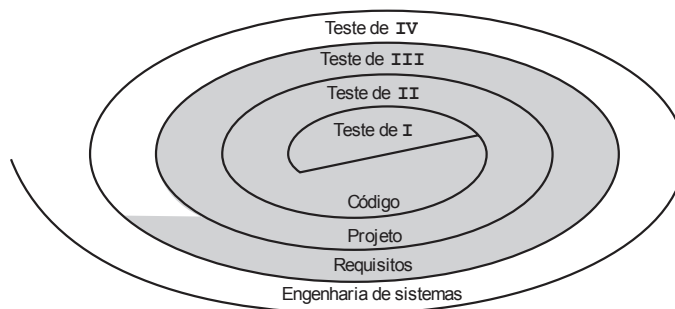
- I. ser evitada com o uso de um Sistema de Controle de Versão (SCV) que trabalhasse com o modelo *alocar-modificar-desalocar*. Neste modelo, o repositório permite que somente uma pessoa por vez possa modificar o arquivo.
- II. ser evitada com o uso de um SCV que trabalhasse com o modelo *copiar-modificar-unificar*. Neste modelo, Renato e Luiza criariam uma cópia de trabalho pessoal do arquivo armazenado no repositório. Eles então trabalhariam de forma paralela, modificando suas próprias cópias. No final, as cópias locais seriam unificadas em uma nova versão.
- III. ser evitada por qualquer SCV, marcando o arquivo como *não-unificável*. Neste caso, tanto o modelo *alocar-modificar-desalocar* quanto o modelo *copiar-modificar-unificar*, impediriam que houvesse a sobrescrita no arquivo quando Renato e Luiza acessassem-no ao mesmo tempo.
- IV. causar atrasos e tempo perdido com o uso de um SCV que trabalhasse com o modelo *alocar-modificar-desalocar*. Isso porque Renato poderia alocar o arquivo, esquecer dele e sair de férias. Luiza continuaria esperando para editar o arquivo e teria que pedir a um administrador para liberar o arquivo alocado por Renato.
- V. ser evitada com o uso de um SCV que trabalhasse com o modelo *copiar-modificar-unificar*. Caso as alterações de Luiza viessem a se sobrepor às alterações de Renato, na unificação das cópias dos arquivos o SCV detectaria o problema, desfaria automaticamente as sobreposições e poderia seguramente salvar o arquivo unificado de volta no repositório.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
 - (B) II, III e V.
 - (C) III e IV.
 - (D) I, II, IV e V.
 - (E) I, II e IV.
53. O ciclo de vida de projeto de um *software* a ser desenvolvido consiste em fases, cujo nome e número variam, podendo ser definido ou moldado de acordo com aspectos exclusivos da organização ou da tecnologia empregada. O ciclo de vida oferece uma estrutura básica para o gerenciamento do projeto, independentemente do trabalho específico envolvido. Considerando os conceitos relativos ao ciclo de vida e de desenvolvimento de *software*, é INCORRETO afirmar:
- (A) Uma organização pode optar por um ciclo de vida em que mais de uma fase do projeto avança simultaneamente. O início de uma fase é também o momento de revalidar premissas, analisar riscos e definir mais detalhadamente os processos necessários para realizar as entregas da fase.
 - (B) Os níveis de custo e de pessoal são mais baixos nas fases iniciais, atingem um valor médio enquanto o projeto do *software* é executado e aumentam rapidamente conforme o projeto é finalizado. Os erros têm um custo ainda mais elevado quando são detectados em fases iniciais. O ciclo de vida permite detectar os erros e assim aprimorar a qualidade do *software*, os prazos da sua realização e os custos associados.
 - (C) O ciclo de vida designa todas as fases do desenvolvimento de um *software*, da sua concepção até o seu desuso. Os principais objetivos da segmentação em fases é definir pontos intermediários que permitem a validação do desenvolvimento do *software*, bem como estabelecer a expectativa quanto à necessidade de sua atualização ou descontinuidade.
 - (D) Para haver uma linguagem comum ao cliente e à organização que realiza o desenvolvimento, foram criados modelos de ciclo de vida que definem as fases do desenvolvimento e apontam os principais produtos a serem gerados em cada uma delas.
 - (E) Quando as fases são sequenciais, o encerramento de uma fase termina com alguma forma de transferência ou entrega do produto do trabalho produzido como entrega da fase. O final desta fase representa um ponto natural de reavaliação dos esforços em andamento e de modificação ou término do projeto.



54. Um planejamento de testes pode ser visto no contexto da espiral mostrada na figura abaixo:



O teste de **I** começa no centro da espiral e se concentra em cada componente (trecho de código fonte) do *software*. O teste progride movendo-se para fora, ao longo da espiral, indo para o teste de **II**, que foca no projeto e na construção da arquitetura do *software*. Seguindo a espiral, para fora, há o teste de **III**, no qual os requisitos são ratificados, ou seja, a especificação dos requisitos é confrontada com o *software* que acabou de ser construído. Finalmente chega-se ao teste de **IV**, em que os outros elementos do software são testados como um todo.

Preenchem as lacunas correta e sequencialmente:

- (A) componente - arquitetura - requisitos - integração.
- (B) unidade - projeto - especificação - desempenho.
- (C) componente - construção - especificação - validação.
- (D) unidade - integração - validação - sistema.
- (E) lógica - funcionalidade - requisitos - integração.

55. Isabel trabalha como Analista Legislativo na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e ficou responsável por definir qual tipo de teste seria mais adequado para as situações descritas abaixo.

- I. O sistema deve ser resistente a falhas, ou seja, falhas de processamento não devem causar a interrupção da sua função global. O teste deve forçar o *software* a falhar de diversos modos e verificar se a reabilitação é adequadamente realizada.
- II. As informações armazenadas pelo sistema devem ser protegidas de todo o tipo de invasão e ataque. O teste deve tentar invadir o sistema e atacar suas vulnerabilidades de forma a verificar se os mecanismos de proteção são realmente capazes de protegê-lo.
- III. O sistema deve ser capaz de suportar grande demanda por recursos. O teste deve submeter o sistema a situações extremas de demanda por recursos, frequência ou volume anormais.

Isabel indicou, de forma adequada e respectiva, os seguintes testes para as situações I, II e III:

- (A) Recuperação, Segurança e Estresse.
- (B) Reabilitação, Proteção e Desempenho.
- (C) Tolerância a Falhas, Segurança e Demanda.
- (D) Desempenho, Proteção e Exaustão.
- (E) Tolerância a Falhas, Invasão e Estabilidade.

56. Os testes de caixa preta (CP) e os testes de caixa branca (CB) apresentam as seguintes características:

- I. Referem-se a testes que são conduzidos na interface do *software*. Examinam algum aspecto fundamental do sistema, sem se preocupar com a estrutura lógica interna do *software*.
- II. Testes exaustivos podem ser impraticáveis, mas podem ser aplicados testes que examinam caminhos lógicos importantes e estruturas de dados essenciais podem ser submetidas à prova quanto à sua validade.
- III. São baseados em um exame rigoroso do detalhe procedimental. Caminhos lógicos internos ao *software* e colaborações entre componentes são testados, definindo-se casos de teste que exercitam conjuntos específicos de condições e/ou ciclos.
- IV. Focalizam os requisitos funcionais do *software*, permitindo ao engenheiro de testes derivar conjuntos de condições de entrada que vão exercitar plenamente todos os requisitos funcionais de um programa.
- V. Tentam encontrar erros: em funções incorretas ou omitidas, de interface, de comportamento ou desempenho, de iniciação e término.
- VI. Ao usá-los, o engenheiro de testes pode derivar casos de teste que garantam que todos os caminhos independentes de um módulo tenham sido exercitados pelo menos uma vez.

A associação dos tipos de teste de CP ou testes de CB com as características de I a VI é apresentada, correta e respectivamente, em:

- (A) CB - CP - CP - CB - CB - CP
- (B) CP - CB - CB - CB - CP - CP
- (C) CP - CB - CB - CP - CP - CB
- (D) CB - CP - CP - CP - CB - CP
- (E) CB - CB - CP - CB - CP - CB



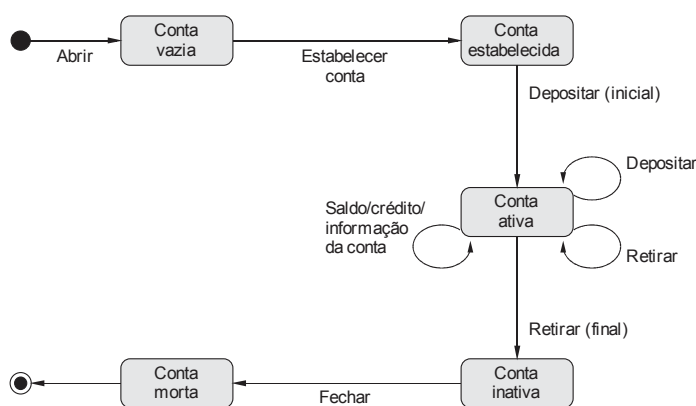
57. Considere as afirmativas:

- I. Arquiteturas cliente/servidor representam um significativo desafio para os testadores de *software*. Assim, o teste de *software* cliente/servidor pode ocorrer em 3 diferentes níveis: (1) aplicações clientes individuais são testadas no modo “não conectado” e a operação do servidor e a rede subjacente não são consideradas; (2) o *software* cliente e as aplicações do servidor associadas são testadas em conjunto, mas as operações da rede não são explicitamente exercitadas; (3) a arquitetura completa cliente/servidor, incluindo operações e desempenho da rede, é testada.
- II. Ambientes baseados na arquitetura cliente/servidor possuem natureza distribuída, seus aspectos de desempenho são associados com o processamento de transações, podem reunir diferentes plataformas de *hardware*, devem atender e controlar os acessos de um ou mais clientes às bases de dados residentes nos servidores, possuem complexidade inerente à comunicação em rede e concorrência por recursos, dentre outras características.

A afirmativa I

- (A) é verdadeira e a afirmativa II é falsa.
- (B) é falsa e a afirmativa II é verdadeira.
- (C) e a afirmativa II são verdadeiras e a II justifica a I.
- (D) e a afirmativa II são falsas.
- (E) e a afirmativa II são verdadeiras, mas não há relação de causa-efeito nos assuntos apresentados.

58. Considere o diagrama UML para a classe Conta ilustrado abaixo.



É correto afirmar:

- (A) A figura apresenta um diagrama de sequência, usado para representar o comportamento dinâmico de uma classe. O diagrama de sequência pode ser utilizado para ajudar a originar as sequências de testes que vão exercitar o comportamento dinâmico da classe e daquelas classes que colaboram com ela.
- (B) As sequências iniciais movem-se entre os objetos *Conta vazia* e *Conta estabelecida*. A maior parte dos comportamentos da classe ocorre enquanto se está no objeto *Conta ativa*. Uma retirada final e fechamento da conta para a classe *Conta* fazem com que se estabeleçam mensagens para os objetos *Conta inativa* e *Conta morta*, respectivamente.
- (C) Os testes projetados devem cobrir apenas os objetos centrais do diagrama, quais sejam, *Conta estabelecida*, *Conta ativa* e *Conta inativa*, já que *Conta vazia* e *Conta morta* não contêm dados a serem validados.
- (D) O modelo de estados pode ser percorrido em forma de inclusão progressiva. Neste contexto, inclusão progressiva implica um caso de teste exercitar uma única transição e, quando uma nova transição tiver de ser testada, são usadas apenas aquelas previamente testadas.
- (E) O caso de teste: *Abrir*•*EstabelecerConta*•*FazerDepósito(inicial)*•*FazerRetirada(final)*•*Fechar* é denominado sequência máxima de teste e a este caso de teste não podem ser acrescentadas outras sequências de teste.

59. Visibilidade refere-se à capacidade de um método referenciar uma característica de outra classe. Num diagrama de classes da UML 2.0 a visibilidade é indicada com um prefixo representado pelos caracteres:

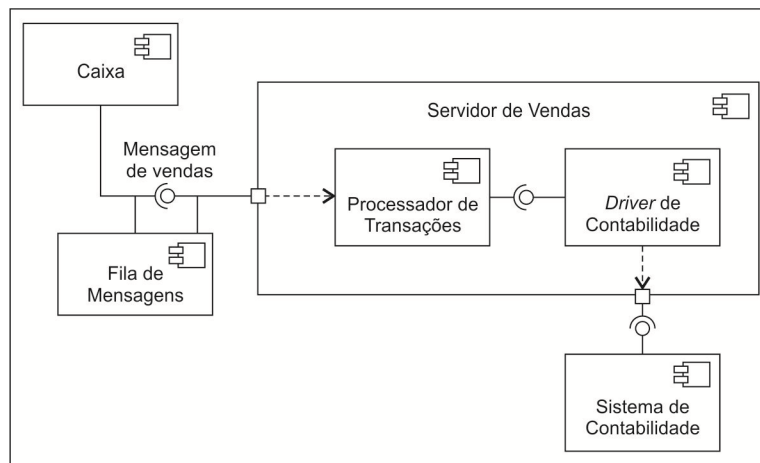
- I. #
- II. +
- III. ~
- IV. -

Os tipos de visibilidade definidos de I a IV são correta e respectivamente:

- (A) *private* - *public* - *protected* - *package*
- (B) *public* - *private* - *package* - *protected*
- (C) *private* - *package* - *public* - *protected*
- (D) *protected* - *public* - *package* - *private*
- (E) *package* - *protected* - *private* - *public*



60. Considere o diagrama da UML 2.0:



Trata-se de um diagrama de **I** e nele podem ser identificados **II**, **III** e **IV**

As lacunas de **I** a **IV** são correta e respectivamente preenchidas por:

- (A) interfaces – componentes – relacionamentos de realização – conexões
- (B) implantação – elementos de *hardware* – nós – vias de comunicação
- (C) instalação – elementos de infraestrutura – nós – estereótipos de nós
- (D) modelagem cliente/servidor – servidor – clientes – interfaces de banco de dados
- (E) componentes – interfaces – componentes – relacionamentos de dependência

61. Marcelo trabalha como Analista Legislativo na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e recebeu a tarefa de elaborar um diagrama da UML 2.0 que seja capaz de modelar o que pode ocorrer em partes de um sistema orientado a objetos, como: fluxos de controle e de dados, situações de decisão em que haja uma entrada e diversas saídas, diferentes ações que podem ser executadas por objetos ou entidades quando um método for executado, como um conjunto de ações relacionadas pode ser executado e como afetará objetos ao redor, situações em que mais de uma atividade pode acontecer ao mesmo tempo.

Marcelo optou por usar o diagrama de

- (A) Classes.
- (B) Atividades.
- (C) Colaboração.
- (D) Objetos.
- (E) Casos de Uso.

62. *Web services*

- (A) têm por objetivo facilitar a EAX – *Enterprise Application eXchange*, que significa a troca de informações que circula numa organização. *Web services* têm substituído os sistemas de *Business Intelligence* tradicionais, uma vez que permitem controlar processos e dar suporte à tomada de decisões na organização.
- (B) são uma solução utilizada na integração de sistemas e na comunicação entre aplicações diferentes na *web*. *Web services* podem ajudar a resolver problemas de interoperabilidade fornecendo a diferentes aplicações uma maneira de trocar e compartilhar seus dados, mesmo em diferentes plataformas.
- (C) permitem que uma aplicação possa invocar outra para efetuar tarefas simples ou complexas, desde que estejam escritas numa mesma linguagem. *Web services* disponibilizam recursos para que qualquer aplicação cliente possa operar e extrair os recursos fornecidos por banco de dados armazenados em servidores hospedados em qualquer plataforma.
- (D) são um conjunto de classes escritas em uma linguagem suportada pela plataforma .NET que podem ser acessadas através de qualquer protocolo da família TCP/IP. Qualquer aplicação pode acessar qualquer *web service* disponível na *web* e utilizar todas as funcionalidades do mesmo, já que usa um padrão tornado público por iniciativa da empresa Microsoft.
- (E) são um padrão que permite a comunicação entre aplicações de uma maneira independente do sistema operacional da máquina. Este padrão é compatível com o padrão CORBA, que também possibilita interoperabilidade em ambientes distribuídos heterogêneos.

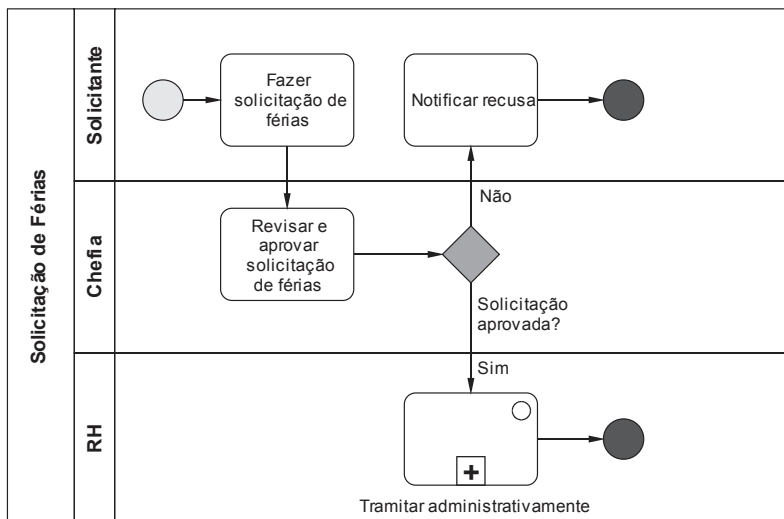


63. Os protocolos utilizados em *web services* possuem diferentes características e servem a diferentes propósitos. Considere:
- I. Responsável por transportar mensagens entre aplicações.
 - II. Responsável por codificar as mensagens em um formato XML.
 - III. Responsável por descrever a interface do *web service*.
 - IV. Responsável por centralizar a informação de *web services*, possibilitando a publicação e descoberta de serviços disponíveis na rede.

Os protocolos associados a I, II, III e IV são correta e respectivamente:

- (A) TSL - RESTful - WSDL - URL
- (B) JSON - SOAP - REST - UDDI
- (C) HTTP - JSON - RESTful - URI
- (D) SOAP - WSDL - UDDI - REST
- (E) HTTP - SOAP - WSDL - UDDI

64. Considere o seguinte diagrama:



De acordo com a notação BPMN, podem ser identificados no diagrama:

- I. círculos
- II. retângulos com cantos arredondados
- III. losango
- IV. setas
- V. retângulos com nomes escritos na vertical à esquerda

que correspondem, correta e respectivamente, a:

- (A) estados - eventos - decisões - fluxos de mensagens - processos
- (B) eventos - processos - *gateway* - *workflows* - *pools*
- (C) eventos - atividades - *gateway* - fluxos de sequência - *pools*
- (D) *triggers* - processos - conexões - *workflows* - atividades
- (E) estados - *workflows* - decisões - fluxos de mensagens - atividades



65. Considere:

- I. BPMN é usada, também, como uma notação padrão para a modelagem e criação de *web services*. O processo envolve: 1) modelagem dos processos usando BPMN; 2) simulação e ajustes nos processos em busca de eficiência; 3) disponibilização dos *web services* publicando-os com base numa *Business Process Programming Language* padronizada; 4) emprego de *Business Process Management Systems* para assegurar o funcionamento dos *web services*.
- II. BPMN e UML podem coexistir. BPMN pode ser utilizada como notação em projetos de aplicações que irão ser executadas diretamente em um *Business Process Management Server* (BPM Server) ou ser usada como uma ferramenta de análise de negócios para o desenvolvimento de sistemas modelados em UML. Neste cenário, os processos modelados com BPMN servem como subsídio para a modelagem UML.

A afirmativa I

- (A) é falsa e a afirmativa II é verdadeira.
- (B) é verdadeira e a afirmativa II é falsa.
- (C) e a afirmativa II são verdadeiras e a II justifica a I.
- (D) e a afirmativa II são falsas.
- (E) e a afirmativa II são verdadeiras, mas não há relação de causa-efeito nos assuntos apresentados.

66. Embora BPMN e UML tenham abordagens diferentes em relação à modelagem de processos de negócios, diagramas UML que modelam o comportamento dinâmico podem ser usados na modelagem de alguns processos de negócio, como os diagramas de I e de II

As lacunas I e II são correta e respectivamente preenchidas com:

- (A) Classes - Objetos
- (B) Estados - Implantação
- (C) Componentes - Objetos
- (D) Casos de Uso - Atividades
- (E) Classes - Sequência

67. O Scrum define reuniões e eventos que devem ser realizados de forma a oferecer oportunidades formais para inspeção e adaptação, cujos tempos de duração são referenciais máximos recomendados. Considere:

- I. É uma Sprint de um mês, para inspecionar o incremento e adaptar o Backlog do Produto, se necessário.
- II. É uma reunião *time-boxed* de 3 horas para uma Sprint de um mês, sendo uma oportunidade para o Time Scrum inspecionar a si próprio e criar um plano para melhorias a serem aplicadas na próxima Sprint.
- III. É um evento *time-boxed* de 15 minutos, para que a Equipe de Desenvolvimento possa sincronizar as atividades e criar um plano para as próximas 24 horas.
- IV. É um *time-box* de 8 horas para uma Sprint de um mês de duração.

Estão de acordo com as definições I, II, III e IV, respectivamente, as denominações:

- (A) planejamento da Sprint - revisão da Sprint - daily Scrum - retrospectiva da Sprint
- (B) revisão da Sprint - retrospectiva da Sprint - daily Scrum - planejamento da Sprint
- (C) revisão da Sprint - planejamento da Sprint - 15 min break - retrospectiva da Sprint
- (D) retrospectiva da Sprint - planejamento da Sprint - short meeting - revisão da Sprint
- (E) planejamento da Sprint - retrospectiva da Sprint - daily Scrum - revisão da Sprint



68. No Scrum

- (A) os itens do Backlog do Produto de ordem mais baixa (final da lista) devem ser mais claros e mais detalhados que os itens de ordem mais alta; quanto menor a ordem na lista, maior são os detalhes. Os itens do Backlog do Produto são mais refinados apenas durante o *time-box* da Sprint, de onde saem “Prontos”.
- (B) em qualquer ponto do tempo, o total do trabalho restante para alcançar o objetivo pode ser resumido. Várias práticas de estimativa como *burndown* e *burnup* são usadas para prever o progresso, uma vez que não se pode confiar no empirismo. Em ambientes complexos, o que acontecerá deve ser previsto e contar com ações associadas já definidas.
- (C) o incremento é a soma de todos os itens do Backlog do Produto completados durante a Sprint e tudo das Sprints anteriores. Ao final da Sprint, um novo incremento deve estar “Pronto”, ou seja, estar na condição utilizável e atender a definição de “Pronto” do Time Scrum, independente do Product Owner decidir por liberá-lo realmente ou não.
- (D) o objetivo da Sprint fornece à Equipe de Desenvolvimento precisamente quais funcionalidades a serem implementadas dentro do *time-box* da Sprint. Assim, a Equipe trabalha para cumprir o objetivo, implementando a funcionalidade e a tecnologia. O Product Owner não pode negociar o escopo do Backlog da Sprint dentro da Sprint.
- (E) além da Sprint, que é um *container* para outros eventos, cada evento no Scrum é uma oportunidade de inspecionar e adaptar o produto. Assim, há bastante flexibilidade na realização de eventos no Scrum, e a não inclusão de alguns dos eventos é recomendável para acelerar o ritmo do desenvolvimento.

69. O principal objetivo da XP é dar agilidade ao desenvolvimento do projeto, buscando garantir a satisfação do cliente. As práticas, regras e os valores da XP garantem um agradável ambiente de desenvolvimento de *software* para os seus seguidores, que são conduzidos por estes 4 norteadores básicos:

- (A) comunicação - simplicidade - *feedback* - coragem
- (B) planejamento - metáfora - *refactoring* - testes
- (C) *feedback* constante - abordagem incremental - encorajamento - colaboração
- (D) colaboração - integração contínua - cliente presente - abordagem incremental
- (E) pessoas e interações - *software* executável - cliente presente - respostas ágeis

70. Considere:

O código do projeto pertence a todos os membros da equipe. Isto significa que qualquer pessoa que percebe que pode adicionar valor ao código, mesmo que ele próprio não o tenha desenvolvido, pode fazê-lo, desde que faça os testes necessários e não prejudique as funcionalidades atuais. Isto é possível porque todos são responsáveis pelo *software*. Caso um membro da equipe deixe o projeto antes do fim, a equipe consegue continuar o projeto sem grandes dificuldades, pois todos conhecem todas as partes do *software*, mesmo que não seja de forma detalhada.

Esta prática é

- (A) parte dos princípios do Manifesto Ágil e é incorporada por todas as metodologias ágeis.
- (B) uma das bases do empirismo e foi incorporada pela metodologia ágil Scrum.
- (C) denominada abordagem incremental e faz parte das práticas tanto do Scrum como da XP.
- (D) a principal característica das metodologias tradicionais de desenvolvimento, como o modelo cascata, e é rejeitada pelas metodologias ágeis.
- (E) denominada propriedade coletiva e faz parte da XP.

71. Scrum e XP são duas metodologias ágeis que provêm práticas e regras que apresentam diferenças e também pontos em comum. Comparando-se estas metodologias, é correto afirmar:

- (A) A XP enfatiza a proximidade física do cliente com a equipe de desenvolvimento para facilitar a comunicação. No Scrum existem diversos eventos formais, tais como sprint backlog meeting e product backlog review, que incentivam a comunicação entre todos os profissionais envolvidos no projeto.
- (B) As duas metodologias utilizam iterações curtas de desenvolvimento (sprints), mas divergem no tempo de duração das mesmas. Enquanto no Scrum uma sprint dura de 15 minutos a 8 horas, na XP costuma durar de 1 a 24 horas.
- (C) Tanto o Scrum quanto a XP explicitamente não permitem que ocorram mudanças de escopo ou definição dentro de uma sprint. Por isso o cliente deve validar todos os requisitos no início do projeto, isso vai contribuir para evitar atrasos e até mesmo construções erradas.
- (D) A XP enfatiza que não se deve fazer horas extras constantemente e, se isso ocorrer, existem problemas no projeto que devem ser resolvidos não com aumento de horas, mas com melhor planejamento. O Scrum enfatiza que equipes auto-organizáveis escolhem qual a melhor forma para completarem seu trabalho.
- (E) O Scrum estabelece que os testes devem ocorrer o tempo todo durante o desenvolvimento, principalmente usando técnicas automatizadas. Na XP os testes podem ser realizados apenas na parte final de cada sprint, usando a técnica de refatoração, que busca validar todas as funcionalidades, pensando estrategicamente em como refatorar o código que está sendo implementado.



72. A barra de menu do Lotus Notes (versão 8.5.x para plataforma Windows) exibe opções de menu que se aplicam a um documento ou aplicativo. Há um conjunto padrão de menus, além de menus opcionais que se alteram, dependendo do aplicativo. Para usuários avançados um conjunto de **I** pode ser exibido clicando em **II**. Eles destinam-se a administradores ou *designers* e incluem opções como arquivamento ou exclusão de aplicativos e substituição da estrutura de um aplicativo do Notes. Uma vez ativados, ficarão ativos em sessões subsequentes do Notes. Se for instalado o cliente administrador Domino ou o **III**, eles serão ativados por padrão.

As lacunas são correta e respectivamente preenchidas com:

- (A) menus avançados - **Exibir** e depois em **Menus avançados** - IBM Domino Designer
- (B) aplicativos avançados - **Ações** e depois em **Aplicativos avançados** - IBM Symphony
- (C) menus administrativos - **Inserir** e depois em **Menus admin** - IBM Domino Administrator
- (D) opções de administrador - **Administrador** e depois em **Opções de administrador** - IBM Domino Sametime.
- (E) menus administrativos - **Exibir** e depois em **Menus admin** - IBM Domino Designer.

73. Considere as situações em um aplicativo Lotus Notes/Domino.

- I. Um usuário encontra diversas preferências ou opções esmaecidas ou bloqueadas no Lotus Notes: o administrador desabilitou as opções e o usuário não pode alterá-las.
- II. O usuário deseja mudar de dicionário de idioma durante a verificação ortográfica de um documento: somente o administrador pode instalar os dicionários de idioma do Lotus Notes. Estes dicionários, reconhecidos pela extensão de arquivo .DICT, estão criptografados no diretório de dados do Notes. Somente o administrador possui a chave de decodificação destes arquivos.
- III. Um usuário deseja que algumas ocorrências de uma reunião repetida sejam reprogramadas para diferentes horários. O usuário havia criado a reunião e quer sincronizar algumas ou todas as ocorrências da reunião repetida para acontecerem no mesmo horário. Este recurso requer que o administrador do Domino tenha ativado *ResetTimes* do Agendamento e programação na política de área de trabalho associada.

Está correto o que é atribuído ao administrador do Lotus Notes/Domino o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) III.
- (D) II e III.
- (E) I.

74. Considerando as estruturas de dados pilhas e filas, é correto afirmar que

- (A) a política de atendimento aos *jobs* por um único processador em tempo compartilhado, implementada por fila circular, seria adequada para controlar a fila de arquivos a serem impressos numa impressora.
- (B) uma pilha é conhecida como lista FIFO – *First In First Out* e uma fila é conhecida como lista LIFO – *Last In First Out*. Pessoas esperando por atendimento e pratos empilhados em uma mesa de restaurante são exemplos tipicamente associados a estas estruturas.
- (C) as filas são as estruturas mais adequadas para a recuperação de elementos na ordem inversa em que foram inseridos, já que o último elemento inserido é o primeiro a ser retirado.
- (D) a pilha (*stack*) é usada pelo Sistema Operacional para armazenar informações sobre as subrotinas ativas num programa de computador. Quem invoca a subrotina empilha o endereço de retorno; quando termina sua execução, a subrotina invocada desempilha o endereço de retorno.
- (E) tanto a pilha quanto a fila são controladas por apenas 4 operações básicas: verifica se a estrutura está vazia, insere um elemento na estrutura, retira um elemento da estrutura e obtém todos os elementos da estrutura em ordem crescente ou decrescente.



75. A estrutura de dados conhecida como Árvore Binária de Pesquisa (ABP) encontra diversas aplicações em soluções práticas. Sobre esta estrutura é correto afirmar:
- (A) Uma ABP é um conjunto finito de nós que possui um nó especial chamado raiz do qual partem os nós de duas árvores binárias distintas: a da esquerda e a da direita.
 - (B) Quando os elementos a serem inseridos na ABP estão em ordem crescente, resulta em uma ABP com altura mínima.
 - (C) Para se utilizar uma ABP como método de ordenação, basta fazer o caminhamento ou percurso em “em-ordem” e obter todos os elementos ordenados.
 - (D) Uma característica que confere à ABP grande agilidade na pesquisa e recuperação de elementos é que seus nós são sempre rearranjados de forma que a árvore resultante é sempre perfeitamente balanceada.
 - (E) ABP são um caso especial de listas encadeadas em que nenhum nó aponta para mais de 2 sucessores.

Atenção: Para responder as questões de números 76 e 77, considere o algoritmo em pseudocódigo abaixo.

```

var
x, y, i: inteiro
result: real

inicio
  leia (x)
  leia (y)
  result ← 1

  se (y > 0)
  entao inicio
    para i ← 1 ate y passo 1 faça
    inicio
      result ← result * x
    fim para
  fim entao
senao inicio
  y ← y * (-1)
  para i ← 1 ate y passo 1 faça
  inicio
    result ← result * (1/x)
  fim para
fim senao

  imprima (result)
fim

```

76. Considerando o algoritmo apresentado é correto afirmar que se
- (A) o valor 0 (zero) for fornecido para **y**, nenhum resultado será apresentado.
 - (B) forem fornecidos os valores: -2 (menos dois) para **x** e 2 (dois) para **y**, será impresso como resultado o valor -4 (menos 4).
 - (C) forem fornecidos os valores: 0 (zero) para **x** e 0 (zero) para **y**, será impresso como resultado o valor 0 (zero).
 - (D) o valor 0 (zero) for fornecido para **x**, nenhum resultado será apresentado.
 - (E) forem fornecidos os valores: 2 (dois) para **x** e -2 (menos dois) para **y**, será impresso como resultado o valor 0.25 (vinte e cinco centésimos).
77. No algoritmo apresentado
- (A) podem ser identificados comandos de atribuição múltipla.
 - (B) o comando **y ← y * (-1)** seria equivalente ao cálculo do valor absoluto de **y**, que resulta em um valor positivo (ou zero).
 - (C) o valor 0 (zero) tanto para **x** quanto para **y** deveria ser tratado de forma separada para evitar resultados indesejados ou errados.
 - (D) há uma repetição desnecessária dos comandos **para**. Estes comandos poderiam ser substituídos por um único comando **enquanto (result ≠ 0) faça** com o comando de decisão **se/entao/senao** dentro dele que não afetaria a lógica.
 - (E) os comandos de decisão deveriam ser substituídos por um único comando de seleção múltipla (**escolha (y)** ou **caso (y)**) para aumentar a sua rapidez.



78. Cláudia trabalha como Analista Legislativo na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e recebeu de seu chefe um arquivo com a lista de todas as Leis Orçamentárias válidas entre 1900 até o presente ano, sem nenhuma ordenação. Para melhor localizar as Leis com base no ano a qual pertencem, Cláudia implementou uma solução que, buscando agilizar este processo,
- (A) utilizou o algoritmo de ordenação *Quicksort* para ordenar as Leis em ordem crescente de ano e o algoritmo de Pesquisa Binária para localizar rapidamente o ano da Lei.
 - (B) inseriu os dados numa fila encadeada e utilizou o algoritmo de Pesquisa Binária para localizar rapidamente o ano da Lei.
 - (C) inseriu os dados numa pilha com alocação dinâmica e utilizou o algoritmo de Pesquisa Sequencial para localizar rapidamente o ano da Lei.
 - (D) foi baseada numa linguagem orientada a objetos. Utilizou a função global *quicksort()* disponível na classe genérica *ordenacao ()* para classificar as Leis em ordem crescente de ano.
 - (E) utilizou o algoritmo de pesquisa avançada *Hashing* para localizar rapidamente as Leis diretamente do arquivo.

Atenção: As informações abaixo devem ser utilizadas para responder as questões de 79 a 85.

Em um banco de dados há duas tabelas, *departamento* e *funcionario*, cujos campos são:

Departamento:

DepNo - int - primary key - not null
DNome - varchar(50) - not null
DLocal - varchar(40)

Funcionario:

FunNo - int - primary key - not null
DepNo - int - foreign key - not null
FNome - varchar(50) - not null
FCargo - varchar(40)
FSal - double

Ambas as tabelas possuem muitos registros cadastrados, que não incluem valores nulos.

79. Considere as instruções SQL a seguir:

- I. `select funcionario.FunNo, funcionario.FNome, departamento.DNome from funcionario INNER JOIN departamento ON funcionario.DepNo = departamento.DepNo;`
- II. `select funcionario.FunNo, funcionario.FNome, departamento.DNome from funcionario, departamento where funcionario.DepNo = departamento.DepNo;`
- III. `select f.FunNo, f.FNome, d.DNome from (select departamento.DepNo, departamento.DNome from departamento) as d, funcionario as f where d.DepNo = f.DepNo;`
- IV. `select DISTINCT f.FunNo, f.FNome, d.DNome from funcionario f, departamento d;`

Para fazer com que sejam exibidos todos os números (*FunNo*) e nomes (*FNome*) dos funcionários, e o respectivo nome do departamento (*DNome*) ao qual estão associados, sem repetição dos dados dos funcionários, pode-se utilizar a instrução contida em

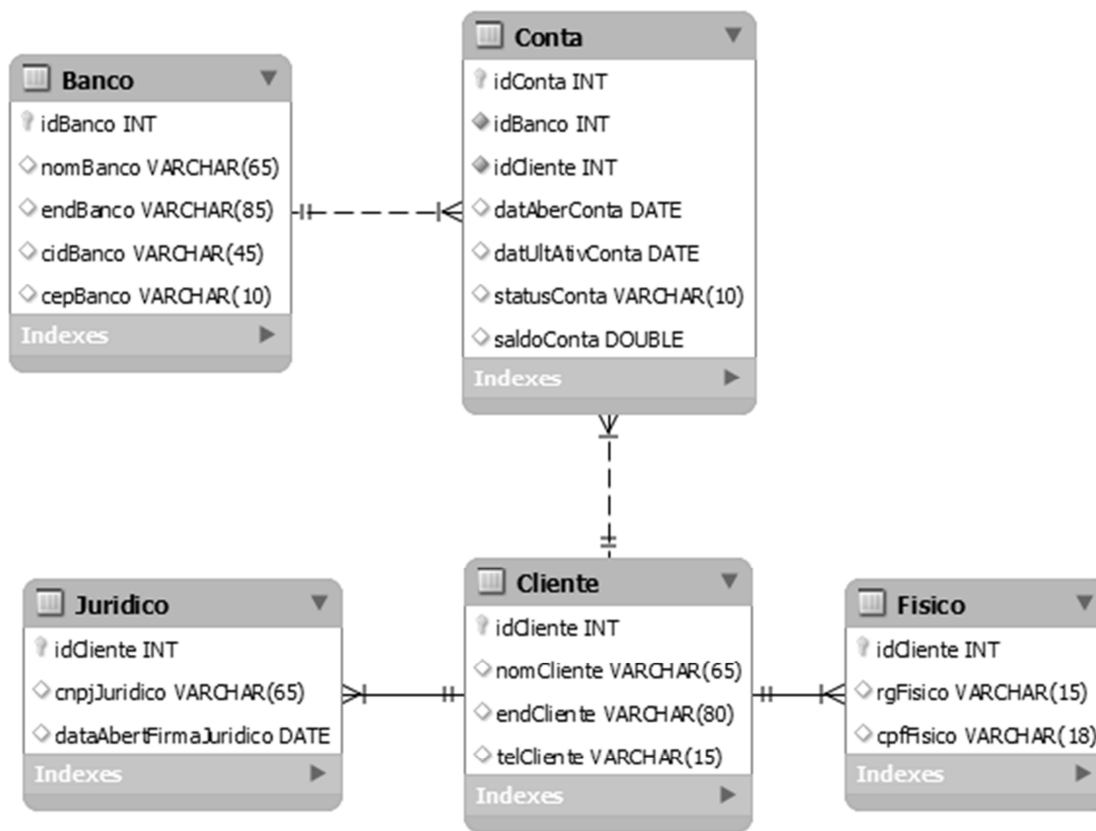
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) I, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) II, apenas.
 - (E) I, II e III, apenas.
80. Para criar uma nova tabela física chamada *funcionario2*, apenas com os campos *FunNo* e *FNome* da tabela *funcionario*, incluindo os dados cadastrados nestes campos, em ordem alfabética crescente pelo campo *FNome*, utiliza-se a instrução:

- (A) `COPY f.FunNo, f.FNome FROM funcionario as f TO funcionario2 ORDER BY f.FNome;`
- (B) `CREATE TABLE funcionario2 FIELDS f.FunNo, f.FNome FROM funcionario as f TO ORDER BY f.FNome;`
- (C) `COPY FunNo, FNome FROM funcionario INTO funcionario2 ORDER BY f.FNome ASC;`
- (D) `CREATE TABLE funcionario2 AS SELECT f.FunNo, f.FNome FROM funcionario as f ORDER BY FNome;`
- (E) `CREATE VIEW funcionario2 AS SELECT FunNo, FNome FROM funcionario ORDER BY FNome;`



81. Para mudar o nome da tabela `funcionario` para `empregado` no PostgreSQL, utiliza-se a instrução:
- (A) `RENAME TABLE funcionario FROM empregado;`
 - (B) `RENAME TABLE funcionario UPDATE TO empregado;`
 - (C) `RENAME funcionario ALTER TO empregado;`
 - (D) `UPDATE TABLE funcionario RENAME TO empregado;`
 - (E) `ALTER TABLE funcionario RENAME TO empregado;`
-
82. Para mudar o nome (`FNome`) e o cargo (`FCargo`), do funcionário de número (`FunNo`) igual a 7369, para 'Pedro' e 'Analista', respectivamente, utiliza-se a instrução:
- (A) `update funcionario set FNome='Pedro', FCargo='Analista' where FunNo=7369;`
 - (B) `select * from funcionario update FNome='Pedro', FCargo='Analista' where FunNo=7369;`
 - (C) `update table funcionario set FNome='Pedro', FCargo='Analista' where FunNo='7369';`
 - (D) `update funcionario set FNome='Pedro', set Fcargo='Analista' where FunNo=7369;`
 - (E) `update funcionario to FNome='Pedro', FCargo='Analista' where FunNo=7369;`
-
83. Para excluir todos os funcionários que tenham o cargo (`FCargo`) iniciados por 'An' e salário (`FSal`) menor ou igual a 800, utiliza-se a instrução:
- (A) `delete from funcionario where FCargo='An%' and FSal<=800;`
 - (B) `delete from funcionario where FCargo like 'An%' and FSal<=800;`
 - (C) `delete * from funcionario where (select FCargo like 'An%' and FSal<=800);`
 - (D) `delete from funcionario where FCargo like '%An' and FSal<=800;`
 - (E) `delete * from funcionario where FCargo like 'An%' and FSal<=800;`
-
84. Ao se criar uma estrutura de banco de dados complexa, envolvendo muitas tabelas com restrições de chave estrangeira, visões, gatilhos, funções, etc., cria-se, implicitamente, uma rede de dependências entre os objetos. Para garantir a integridade de toda a estrutura do banco de dados, muitos SGBDs não permitem remover um objeto quando há objetos que dependem do mesmo. Por exemplo, tentar remover a tabela `departamento`, onde a tabela `funcionario` depende dela, produz uma mensagem de erro semelhante a esta:
- ```
DROP TABLE departamento;
```
- ERRO: não foi possível remover a tabela departamento porque outros objetos dependem dela.
- Se não tiver importância remover todos os objetos dependentes, então poderá ser executado o comando `DROP TABLE` com uma cláusula que faz com que todos os objetos dependentes sejam removidos. A cláusula citada é a
- (A) `RESTRICT ALL.`
  - (B) `CASCADE.`
  - (C) `ON CASCADE.`
  - (D) `TRUNCATE.`
  - (E) `ON DROP CASCADE.`
- 
85. Em uma operação na tabela `departamento`, foi digitada a seguinte instrução:
- ```
insert into departamento (DepNo, DNome) values(50, 'Educação');
```
- Ao fazer uma consulta na tabela, verificou-se que mesmo tendo sido especificado apenas a inclusão de valores nos campos `DepNo` e `DNome`, o campo `DLocal` recebeu o valor 'São Paulo'. Pode-se concluir que antes da digitação do comando `insert`, pode ter sido digitada a instrução:
- (A) `ALTER TABLE departamento ALTER COLUMN DLocal CONSTRAINT padrao DEFAULT 'São Paulo';`
 - (B) `ALTER TABLE departamento ALTER COLUMN DLocal INCLUDE DEFAULT 'São Paulo';`
 - (C) `ALTER TABLE departamento ALTER COLUMN DLocal SET DEFAULT 'São Paulo';`
 - (D) `ALTER COLUMN DLocal FROM departamento INSERT DEFAULT 'São Paulo';`
 - (E) `ALTER COLUMN DLocal FROM departamento SET DEFAULT 'São Paulo';`

Atenção: O modelo de dados a seguir deve ser utilizado para responder as questões de 86 a 88.



86. Com relação ao modelo apresentado e suas restrições, é correto afirmar que
- um cliente pode ter mais de uma conta no mesmo banco.
 - pode haver duas contas com mesmo id, desde que sejam em bancos diferentes.
 - um cliente pode ser cadastrado na tabela *Juridico* mesmo que ele não esteja cadastrado na tabela *Cliente*.
 - um cliente não pode ser cadastrado na tabela *Fisico*, se ele não tiver sido cadastrado antes na tabela *Juridico*.
 - o atributo *idCliente* na entidade *Cliente* é chave estrangeira.
-
87. Consiste em uma instrução SQL correta para criar a tabela *Fisico*:
- CREATE TABLE IF NOT EXISTS Fisico(idCliente INT NOT NULL, rgFisico VARCHAR2(15) NULL, cpfFisico VARCHAR2(18) NULL, PRIMARY KEY (idCliente), FOREIGN KEY Cliente(idCliente));
 - CREATE TABLE 'Fisico' ('idCliente' INT NOT NULL, 'rgFisico' VARCHAR(15), 'cpfFisico' VARCHAR(18), PRIMARY KEY ('idCliente'), INDEX 'fk_Fisico_Cliente' FOREIGN KEY ('idCliente') REFERENCES 'Cliente'('idCliente'));
 - CREATE TABLE Fisico (idCliente INT NOT NULL, rgFisico VARCHAR(15), cpfFisico VARCHAR(18), PRIMARY KEY (idCliente), FOREIGN KEY (idCliente) EXTENDS Cliente (idCliente));
 - CREATE TABLE Fisico (idCliente INT NOT NULL, rgFisico VARCHAR(15), cpfFisico VARCHAR(18), PRIMARY KEY (idCliente), CONSTRAINT fk_Fisico_Cliente FOREIGN KEY (idCliente) REFERENCES Cliente (idCliente));
 - CREATE TABLE 'Fisico' ('idCliente' INT NOT NULL, 'rgFisico' VARCHAR(15), 'cpfFisico' VARCHAR(18), PRIMARY KEY ('idCliente'), FOREIGN KEY ('idCliente') FROM 'Cliente'('idCliente'));
-
88. Se fosse construída uma aplicação orientada a objetos para implementar o modelo apresentado, a forma mais correta de construir as classes referentes às entidades *Juridico*, *Cliente* e *Fisico*, seria utilizando o conceito de
- interface, onde a interface *Cliente* seria implementada pelas classes *Fisico* e *Juridico*.
 - polimorfismo, onde todos os objetos das classes *Fisico* e *Juridico* seriam tratados como objetos da classe *Cliente*.
 - herança, onde *Juridico* e *Fisico* seriam subclasses da classe *Cliente*.
 - abstração, onde uma classe abstrata *Cliente* teria atributos protegidos e métodos privados que seriam implementados nas interfaces *Juridico* e *Fisico*.
 - encapsulamento, onde as classes *Juridico* e *Fisico* seriam encapsuladas na classe *Cliente*, de forma que todas agissem como se fosse uma única classe.



89. Em uma abordagem *top-down*, após a definição de um modelo de dados, aplica-se a normalização para se obter uma síntese dos dados, bem como uma decomposição das entidades e relacionamentos em elementos mais estáveis, tendo em vista sua implementação física em um banco de dados.

Com relação à normalização, analise o texto a seguir:

Cada ocorrência da chave primária deve corresponder a uma e somente uma informação de cada atributo, ou seja, a entidade não pode conter grupos repetitivos (multivalorados). Para se obter entidades nesta forma, é necessário decompor cada entidade não normalizada em tantas entidades quanto for o número de conjuntos de atributos repetitivos.

O texto define

- (A) o conceito de anomalia.
 - (B) a terceira forma normal.
 - (C) o conceito de generalização.
 - (D) a segunda forma normal.
 - (E) a primeira forma normal.
-
90. No PostgreSQL, quando um objeto do banco de dados é criado, é atribuído um dono ao mesmo. O dono é o usuário que executou o comando de criação. Para mudar o dono de uma tabela, índice, sequência ou visão deve ser utilizado o comando
- (A) GRANT, com a cláusula UPDATE.
 - (B) ALTER TABLE, com a cláusula OWNER.
 - (C) REVOKE, com a cláusula UPDATE.
 - (D) ALTER OWNER, com a cláusula ENTITY.
 - (E) GRANT, com a cláusula OWNER.
-
91. No PostgreSQL os espaços de tabelas permitem aos administradores (superusuários) definir locais no sistema de arquivos onde os arquivos que representam objetos do banco de dados podem ser armazenados. Uma vez criado, o espaço de tabelas pode ser referenciado por seu nome ao criar os objetos do banco de dados. Para criar o espaço de tabelas `teste` no diretório `/data/teste` pertencendo ao usuário `souza`, utiliza-se a instrução:
- (A) `CREATE TABLESPACE teste OWNER souza LOCATION '/data/teste';`
 - (B) `CREATE TABLESPACE teste URI '/data/teste' OWNER souza;`
 - (C) `CREATE TABLESPACE teste OWNER souza URI '/data/teste';`
 - (D) `CREATE SPACE teste LOCATION '/data/teste' OWNER souza;`
 - (E) `CREATE NAMESPACE teste LOCATION '/data/teste' OWNER souza;`
-

92. Considere:

| |
|---------------------------|
| Boletim |
| -id: int |
| -disciplina: String |
| -nota1: double |
| -nota2: double |
| -nota3: double |
| +calcularMedia(): double |
| #retornarStatus(): String |

De acordo com a classe acima, é correto afirmar que:

- (A) a assinatura do método `calcularMedia` está incorreta, pois ele precisará receber as notas como parâmetros.
- (B) o método `retornarStatus` é protegido, logo, poderá ser acessado de classes que estão no mesmo pacote da classe `Boletim`.
- (C) a implementação dos métodos está explícita, ou seja, é possível saber exatamente a operação que o método executará.
- (D) os métodos da classe são privados, ou seja, são acessados apenas a partir da própria classe.
- (E) os atributos da classe são públicos (*public*) e, por isso, poderão ser acessados de outras classes.



93. Analise os exemplos a seguir:

Exemplo 1:

```
<?php
  session_start();
  if (isset(..... ['usuario'])) {
    echo 'Bem vindo!';
  } else {
    echo 'Você ainda não passou por aqui.';
    ..... ['usuario'] ='Paulo';
  }
?>
```

Exemplo 2:

```
<?php
  if (isset(..... ['teste'])) {
    echo 'Você já passou por aqui!';
  } else {
    echo 'Você ainda não passou por aqui.';
    setcookie('teste', 'Livros', time() + 3600);
  }
?>
```

Nos exemplos apresentados, as lacunas I e II devem ser preenchidas correta e, respectivamente, com as variáveis pré-definidas do PHP

- (A) \$_REQUEST - \$_FILES.
- (B) request - files.
- (C) \$_REQUEST - \$_COOKIE.
- (D) \$_SESSION - \$_COOKIE.
- (E) SESSION - COOKIE.

94. Analise as arrays PHP abaixo:

- I. \$carros[0]="Palio";
\$carros[1]="Onix";
\$carros[2]="Gol";
- II. \$profissao['Pedro']="Estudante";
\$profissao['Ana']="Cantora";
\$profissao['Elisa']="Professora";
- III. \$carros = array(array("Palio",100,55),array("Onix",50,39),array("Gol",70,100));
- IV. \$nomes=array("Ana","Pedro","Elisa");
- V. \$categorias = array("animais"=>array("cachorro","gato","cavalo"),
"veiculos"=>array("ônibus"),"frutas"=>array("maçã","melão","abacaxi"));
- VI. \$teste=array("Pedro"=>"10","Ana"=>"9","Elisa"=>"43");

É correto afirmar que:

- (A) somente I é um exemplo de *array* indexada.
- (B) em V, há uma *array* com três posições, contendo, em cada uma delas, outra *array* com três posições.
- (C) em VI, a *array* teste possui três índices, 10, 9 e 43, contendo, em cada um deles, os valores Pedro, Ana e Elisa, respectivamente.
- (D) II e III são exemplos de *arrays* multidimensionais.
- (E) II e VI são exemplos de *arrays* associativas.

95. Em JavaScript, há vários métodos pré-definidos para manipular valores em *arrays*. Dois destes métodos permitem adicionar e remover um elemento no final de uma *array*, respectivamente.

Considere a *array* a seguir:

```
var carros = ["Gol", "Palio", "Fiesta", "Onix"];
```

Para inserir o valor "HB20" no final da *array* carros e depois removê-lo utiliza-se, respectivamente, as instruções:

- (A) carros.slice("HB20"); e carros.remove();
- (B) carros.put("HB20"); e carros.drop();
- (C) carros.push("HB20"); e carros.pop();
- (D) carros.set("HB20"); e carros.get();
- (E) carros.slice("HB20"); e carros.unshift();



96. Analise o código JavaScript a seguir:

```
<!DOCTYPE html>
<html>
<head><title>Teste</title></head>
<body>
<script>
function verificar() {
  var y=document.getElementById("exibe");
  y.innerHTML="";
  try {
    var x=document.getElementById("valor").value;
    if(x=="") _____ "Campo vazio";
    if(isNaN(x)) _____ "Não é um número";
    if(x>10) _____ "Valor superior a 10";
    if(x<0) _____ "Valor inferior a 0";
  } catch(err) {
    y.innerHTML="Erro: " + err + ".";
  }
}
</script>
<form method="get" action="teste.jsp">
  <p> Digite um valor entre 0 e 10:<br>
    <input id="valor" type="text">
  </p>
  <button type="button" onclick="verificar()">Testar</button>
</form>
<p id="exibe"></p>
</body>
</html>
```

As lacunas são preenchidas corretamente com a instrução:

- (A) throw.
- (B) then.
- (C) alert.
- (D) document.write
- (E) out.print.

97. A linguagem HTML5 permite criar uma versão *offline* do site, através da criação de um arquivo de manifesto que indica quais os arquivos do site serão carregados em cachê para navegação mesmo se o usuário não estiver conectado à internet. Com relação ao uso dos recursos que permite isto, considere um site composto pelos arquivos `index.html`, `config.css`, `banner.gif`, `rotina.js`, `page.appcache` e `acesso.jsp`. Dois destes arquivos são apresentados a seguir:

`index.html`

```
<!DOCTYPE HTML>
  I
.....
<head><title>Home</title></home>
<body>
<!-- corpo da página aqui -->
</body>
</html>
```

`page.appcache`

```
  II
.....
/config.css
/banner.gif
/rotina.js
NETWORK:
acesso.jsp
FALLBACK:
/html/ /erro.html
```

Nos arquivos apresentados, as lacunas I e II são corretas e, respectivamente, preenchidas por:

- (A) `<html manifest="page.appcache">` e CACHE ON.
- (B) `<html src="page.appcache">` e SESSION CACHE.
- (C) `<html src="page.appcache">` e MANIFEST.
- (D) `<html resource="page.appcache">` e DOWNLOAD.
- (E) `<html manifest="page.appcache">` e CACHE MANIFEST.



98. Em uma página HTML5 há um formulário com um campo `Estado` e um botão `Enviar`. Pode-se digitar o nome do estado ou clicar no campo, que aparece uma lista de valores que podem ser selecionados para preenchê-lo, como mostra a figura abaixo.

Estado:

- São Paulo
- Minas Gerais
- Paraná
- Santa Catarina
- Bahia

Para gerar um campo deste tipo e para indicar as opções de preenchimento que aparecerão ao se clicar nele utiliza-se, respectivamente, os elementos

- (A) `input`, com o atributo `for` e `select`, com o atributo `id`.
- (B) `input`, com o atributo `list` e `datalist`, com o atributo `id`.
- (C) `select` e `option`.
- (D) `input` com o atributo `type="select"` e `option`, com o atributo `value`.
- (E) `select`, com o atributo `list` e `datalist`, com o atributo `id`.

99. Considere a página ASP.NET a seguir, que utiliza a sintaxe Razor.

```
@{
    .....
}
<!DOCTYPE html>
<html>
<body>
<form action="" method="post">
  <p><label for="nome">Digite seu nome:</label><br>
  <input type="text" name="nome"></p>
  <p><input type="submit" value="Enviar"></p>
</form>
<p>@nome</p>
</body>
</html>
```

O formulário solicita ao usuário que digite seu nome. Após enviar as informações ao servidor através do botão `Enviar`, a página é novamente acionada e o nome é recuperado, inserido na variável `nome` e apresentado através da instrução `@nome`. Para que isto ocorra, a lacuna deve ser corretamente preenchida por:

- (A) `if(isPost){var nome = request("nome");}`
 - (B) `if(IsRequest){var nome = $_POST["nome"];}`
 - (C) `if(IsPost){var nome = Request["nome"];}`
 - (D) `var nome = request("nome");`
 - (E) `var nome = request.getParameter("nome");`
100. O *.NET framework* consiste em dois componentes principais. Um deles é a biblioteca de classes do *framework*. O outro, que gerencia a execução de memória, execução de *thread*, execução de código, verificação de segurança do código, compilação e outros serviços do sistema, é denominado

- (A) Microsoft Virtual Machine.
- (B) Common Runtime System.
- (C) Microsoft Runtime Engine.
- (D) Common Language Runtime.
- (E) Common Virtual Machine.